



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Comadre Fulozinha e Pai do Manguê: sua influência na formação da identidade, território e territorialidade na Comunidade do Porto do Capim

PATRICIA ASSAD

**João Pessoa – PB
Março de 2014**

A844e Assad, Patrícia.

Comadre Fulozinha e Pai do Manguê: sua influência na formação da identidade, território e territorialidade na Comunidade do Porto do Capim/ Patrícia Assad.- João Pessoa, 2014.

76f. : il.

Orientadora: Profª. Ma. Araci Farias Silva

Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN

1. Geografia. 2. Territorialidade. 3. Patrimônio cultural.
4.Mito.

UFPB/BC

CDU: 91(043.2)

PATRICIA ASSAD

Comadre Fulozinha e Pai do Manguê: sua influência na formação da identidade, território e territorialidade na Comunidade do Porto do Capim

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^ª Ma. Araci Farias Silva

**João Pessoa – PB
2014**

Termo de Aprovação

PATRICIA ASSAD

Monografia Apresentada à coordenação do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Banca Examinadora

Prof^a. Ma. Araci Farias Silva
Orientadora – DGEOC/UFPB

Prof^a. Dra. Regina Célia Gonçalves
Examinador Interno- Departamento de História/UFPB

Prof. Me. Emanuel Braga
Examinador Externo/IPHAN - PB

Nota:_____

Agradecimentos

Aos moradores da comunidade do Porto do Capim, pelos ensinamentos, pela abertura, disposição e acolhimento com que me recebem, desde 2010 todas as vezes que desço a ladeira rumo às margens do rio Sanhauá. Especialmente, agradeço às crianças que participaram dessa pesquisa, pela doçura e entusiasmo com que tão ricamente me contaram sobre suas experiências com a Comadre Fulozinha e o Pai do Mangue. Muito grata.

A meus pais, Marta Maria Nogueira Assad e Paulo Celso Xavier Assad, a prova incondicional de que o amor existe. Muito grata pelas preciosas orientações, pelos caminhos indicados nos momentos de maior aflição, pela paciência nos meus momentos de chlique. Vocês são meus maiores professores.

Agradeço à orientadora, Araci Farias, por toda a paciência e o respeito às minhas ideias e ao meu tempo. Grata por todas as contribuições para a minha formação nesses anos de graduação, e pelas orientações no presente trabalho.

À Professora Regina Célia Gonçalves, pelas riquíssimas sugestões ao longo de todos os meses de realização deste trabalho. Os conflitos que me atormentaram por dias depois daquele nosso primeiro encontro para falar da monografia me serviram de enorme aprendizado.

À todos os meus amigos e amigas, incluindo meus irmãos Fernanda Assad, Camila Assad e Lucas Assad, os distantes geograficamente e os mais próximos, companheiros de casa, de ideias, de aflições, de risadas. Em especial, agradeço ao parceiro Jônatas do Monte, o Joe, e à Maria Ruiz, pela ajuda com a filmagem dos grupos focais. Muito agradecida a todos vocês, pela compreensão e contribuições, que certamente se refletiram na realização desse trabalho.

Agradecida à Ana Carmen Navarro, pela colaboração com os gráficos e tabelas, e à Akene Shionara, pela paciência e disposição na nobre ajuda de última hora com o mapa. Muito grata.

Por fim, agradeço aos membros examinadores da banca, Professora Regina Célia Gonçalves e Emanuel Braga, pois o trabalho desenvolvido por vocês é fonte

de grande estímulo para aqueles que desejam um mundo menos injusto, e, sem dúvida, me serviu de inspiração para a realização dessa pesquisa. Agradecida!

A verdade popular
Nem sempre ao sábio condiz,
Mas há verdade serena
Nas coisas que o povo diz.

(Adelmar Tavares, em “As coisas que o povo
diz”, Luiz Câmara Cascudo)

Resumo

O estudo de uma comunidade através de seus mitos, lendas, folclores, que habitam a experiência popular, pode ser revelador acerca de diversos aspectos do lugar e dos habitantes, por onde permeiam tais fenômenos. O presente estudo trata dos fenômenos da Comadre Fulozinha e do Pai do Mangue na comunidade do Porto do Capim. Busca-se, assim, estudar a influência da Comadre Fulozinha e do Pai do Mangue na construção da identidade das crianças da comunidade do Porto do Capim, na percepção de seu ambiente, e como elemento formador da noção de território e territorialidade. Especificamente busca compreender a influência dessas entidades na relação que as crianças estabelecem com seu ambiente, e quais elementos presentes na comunidade contribuem para a importância desses fenômenos para as crianças do Porto do Capim. Por fim, relaciona as entidades com o conceito de Patrimônio Imaterial e com os marcos legais que formalizam o dever do Estado na proteção de bens culturais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde o método fenomenológico foi utilizado, junto com a técnica do grupo focal para coleta de dados. A análise dos dados foi realizada utilizando-se a técnica de codificação dos conteúdos das falas e evocações dos participantes. A pesquisa resultou na constatação de que, mais do que mitos ou lendas, a Comadre Fulozinha e o Pai do Mangue são melhor compreendidos como entidades para os habitantes do Porto do Capim, principalmente para as crianças, dando sentido às suas expectativas e estimulando o desenvolvimento da personalidade e da cidadania, em função da exigência de respeito ao ambiente e ao caráter, imposta por estas entidades.

Palavras-chave: Mitos, Identidade, territorialidade, patrimônio cultural.

Abstract

The study of a community through their myths, legends, folklore, which inhabit the popular imagination, can be revealing about many aspects of the place and the people, through which permeate such phenomena. The present study deals with the myths of Comadre Fulozinha and Pai do Manguê in the Porto do Capim community, being these myths widespread in northeastern Brazil. The aim is thus to study the influence of Comadre Fulozinha and Pai do Manguê in the construction of identity of children of the Porto do Capim community, and perception of their environment as a trainer of the concept of territory and territoriality element. Specifically this study seeks to understand the influence of these entities in the relationship that children have with their environment, and which elements in the community contribute to the importance of these entities for the children of Porto do Capim. Finally, lists these "legends" with the concept of Intangible Heritage and the legal frameworks that formalize the state duty to protect such property. This is a qualitative research, where the phenomenological method was used, along with the focus group technique for data collection. Data analysis was performed using the technique of encoding the content of the speeches and invocations of the participants. The research resulted in the finding that, more than myths or legends, Comadre Fulozinha and Pai do Manguê are better understood as entities for the inhabitants of Porto do Capim, especially for children, giving meaning to their expectations and stimulating the development of personality and citizenship, depending on the requirement to respect the environment and nature, imposed by these entities.

Key-words: Myths, Identity, territoriality, cultural heritage.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Porto do Capim, no ano de 1920.....	16
Foto 2 - Praça Maciel Pinheiro em 1910 (atual Praça 15 de Novembro), vendo-se o cais do Porto do Capim e um velho navio ancorado.....	17
Foto 3 - Vegetação de mangue encontrada no Porto do Capim.....	20
Foto 4 - Vegetação de mangue encontrada no Porto do Capim.....	21

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Continuum entre funcionalidade e simbolismo do território.....	28
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Idade dos componentes dos grupos focais.....	34
Tabela 2 - Escolaridade dos componentes dos grupos focais.....	35
Tabela 3 - Componentes dos grupos focais que já moraram em outro local.....	36
Tabela 4 - Locais onde os componentes dos grupos focais já moraram.....	37
Tabela 5 - Razões para gostarem de morar no Porto do Capim.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de idades dos componentes.....	35
Gráfico 2 – Escolaridade dos componentes.....	36
Gráfico 3 – Componentes que já moraram em outros lugares.....	37
Gráfico 4 – Locais de moradia anterior.....	38
Gráfico 5 – Razões para gostarem do Porto do Capim.....	39

LISTA DE SIGLAS

AECI	Agencia Española de Cooperación Internacional
DEGEOC	Departamento de Geociências
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

UTM

Universal Transversa de Mercator

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	13
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	24
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
4 RESULTADOS.....	34
5 DISCUSSÃO.....	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
ANEXO 1.....	64
Artigos 215 e 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988.....	64

INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre fenômenos que permeiam o imaginário popular pode trazer luz à influência que estes têm na formação da identidade, na relação com o meio, e contribuir para entender como afetam as questões de território e territorialidade.

A área onde esse estudo foi realizado está localizada no centro histórico da cidade de João Pessoa, bairro do Varadouro. Embora a pesquisa se limite apenas à comunidade do Porto do Capim, a área do Porto do Capim é composta por quatro ocupações: Comunidade do Porto do Capim, Vila Nassau, Quinze de Novembro e Frei Vital.

Este estudo se justifica uma vez que os fenômenos a serem relatados consistem num importante ingrediente para a construção de patrimônio cultural. E também quando se constata que um projeto de intervenção para a área, o PAC Sanhauá¹ previsto com recursos federais e conduzido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, tem desconsiderado a noção mais abrangente de patrimônio cultural, definido no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, como sendo constituído pelos bens de natureza material e imaterial, conforme Anexo I desse estudo.

Comadre Fulozinha e Pai do Manguê são chamados, na perspectiva folclórica da cultura popular, de mitos, lendas, personagens, abundantemente presentes em causos do Nordeste brasileiro, descritos como “espíritos” que protegem a mata e o manguê daqueles que ousam utilizá-los de maneira desrespeitosa. Para os habitantes da comunidade do Porto do Capim, principalmente para as suas crianças, Comadre Fulozinha e Pai do Manguê são mais do que simplesmente mitos ou lendas. São melhor compreendidos como entidades que fazem parte de seu cotidiano, dão sentido às suas expectativas e estimulam o desenvolvimento da personalidade e da cidadania, em função da exigência de respeito ao ambiente e ao caráter, imposta por estas entidades.

Neste contexto, pergunta-se: até que ponto se justifica um projeto que, ao intervir em uma comunidade, sob a alegação de revitalização e desenvolvimento econômico e social, põe em risco os elementos materiais e simbólicos que contribuem para a sobrevivência e continuidade dos valores relacionados à identidade, territorialidade, e ao patrimônio cultural desta comunidade?

¹ Projeto com recursos do Ministério das Cidades, coordenado pela Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que envolve diversas Secretarias e órgãos da administração pública municipal, estadual e federal.

O presente trabalho tem como objetivo geral estudar a influência da Comadre Fulozinha e do Pai do Mangue na construção da identidade das crianças da comunidade do Porto do Capim, e na percepção de seu ambiente como elemento formador da noção de território e territorialidade. Especificamente busca compreender a influência dessas entidades na relação que as crianças estabelecem com seu ambiente, e quais elementos presentes na comunidade contribuem para a importância dessas entidades para as crianças do Porto do Capim. Por fim, relaciona o fenômeno abordado com o conceito de Patrimônio Imaterial e com os marcos legais que formalizam o dever do Estado na proteção de tais bens.

Estrutura do Trabalho

Este estudo traz uma introdução onde são apresentados a importância, a justificativa, e os objetivos geral e específicos desta pesquisa. A estrutura do trabalho organiza-se em 6 capítulos, um apêndice e um anexo. O capítulo 1 descreve a área de estudo, trazendo um breve histórico do Porto do Capim e a caracterização de Comadre Fulozinha e Pai do Mangue. O capítulo 2 exhibe a revisão da literatura a qual fornece embasamento teórico para esta pesquisa. O capítulo 3 traz os procedimentos metodológicos a serem seguidos. O capítulo 4 discorre sobre os resultados encontrados. O capítulo 5 traz a discussão. O capítulo 6 apresenta as considerações finais deste trabalho.

1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

1.1 Do porto à comunidade: Breve histórico

A área de estudo se localiza no espaço físico denominado Porto do Capim, sítio do nascedouro da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba. Representa a localidade mais antiga da cidade e está situada no chamado centro histórico de João Pessoa, bairro do Varadouro, na margem direita do Rio Sanhauá, afluente do Rio Paraíba. Localiza-se na porção oriental do Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, entre as Coordenadas UTM “290900” a “2915002”, de longitude oeste e “9213000” a “9213700”, de latitude sul.

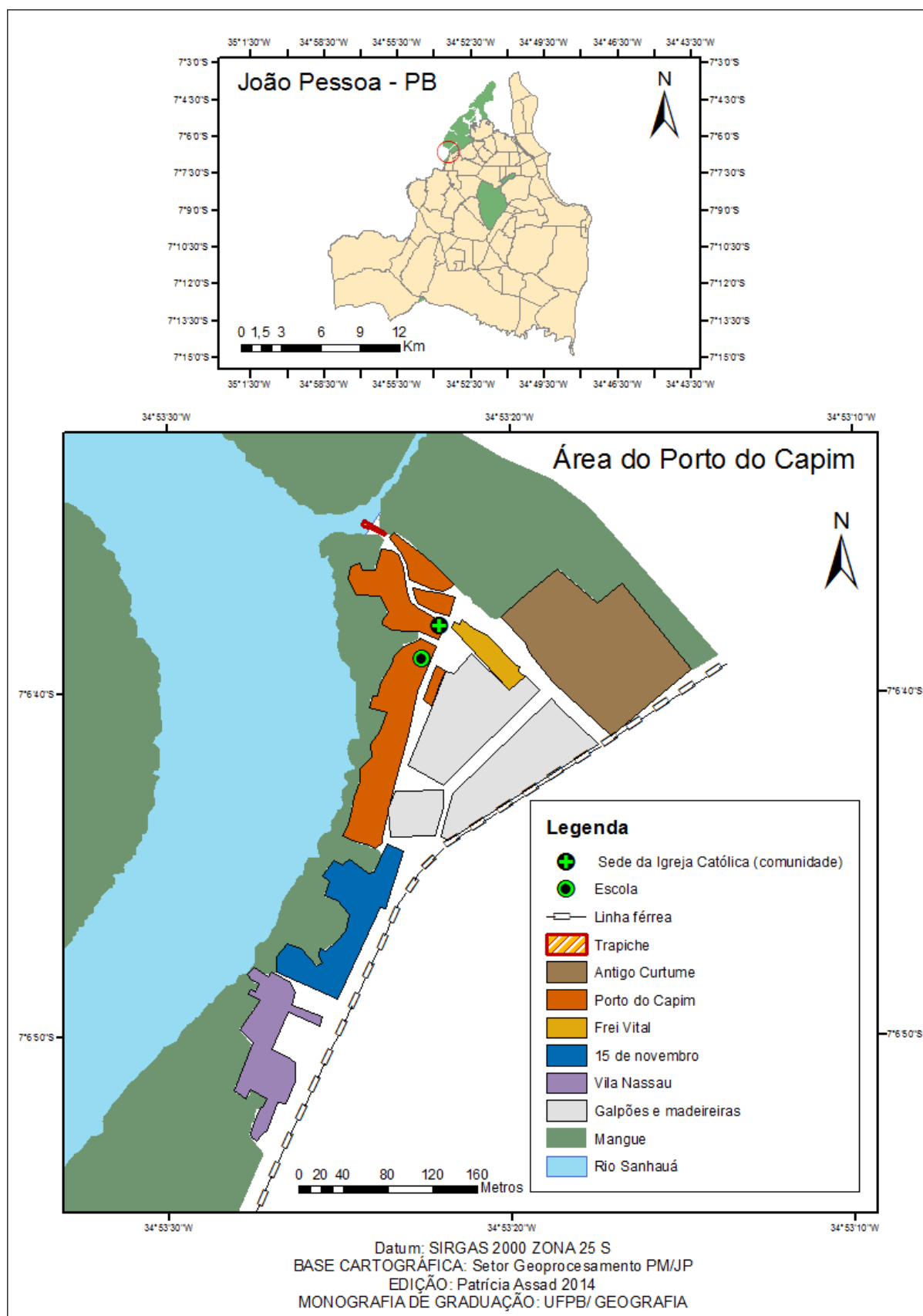


Figura 1 – Mapa de localização, uso e ocupação do solo da área do Porto do Capim.

Fonte: A autora, 2014.

Se retomada a história urbana de João Pessoa do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, notar-se-á que foi predominantemente marcada pelo ideário de modernização que ecoava no país naquela época. Importantes transformações, algumas inclusive com caráter de urgência como as obras de saneamento e eletricidade foram progressivamente sendo instaladas na capital paraibana, mudando os modos de vida da população e o espaço da cidade.

Esse processo, que vinha se delineando lentamente encontrou na década de 1920 seu ponto de ascendência. Esse período coincide com as obras de construção do Porto do Varadouro, como descreve Vidal (2002, p. 18, 19):

A década de 1920 foi um período marcado por grandes investimentos na capital paraibana. O presidente de estado, Solon de Lucena, juntamente com o prefeito, Walfredo Guedes Pereira, durante o quadriênio de sua administração, 1920 – 1924, realizaram inúmeras intervenções de melhoramentos urbanos na cidade. A execução do projeto de saneamento, que vinha sendo adiada por sucessivas administrações e era tão necessária ao progresso material da capital, foi efetuada nesse período, o que motivou o retorno de Saturnino de Brito a João Pessoa. Às obras de saneamento realizadas pela esfera estadual, somaram-se obras portuárias de responsabilidade do governo federal e inúmeras melhorias urbanas realizadas pela administração municipal. Conjugando verbas e esforços das três esferas do poder público, este vultoso conjunto de ações empreendidas findaria por converter a cidade em um grande canteiro de obras (...) Nesse mesmo período, contribuindo para o processo de modernização da cidade, tiveram início as obras para a construção do porto da capital, no Varadouro. Financiada pelo governo federal, que contava, à época, com o paraibano Eptácio Pessoa na presidência, a construção do Porto do Varadouro visava corrigir um grave entrave ao desenvolvimento econômico da capital: a ausência de um porto competitivo.

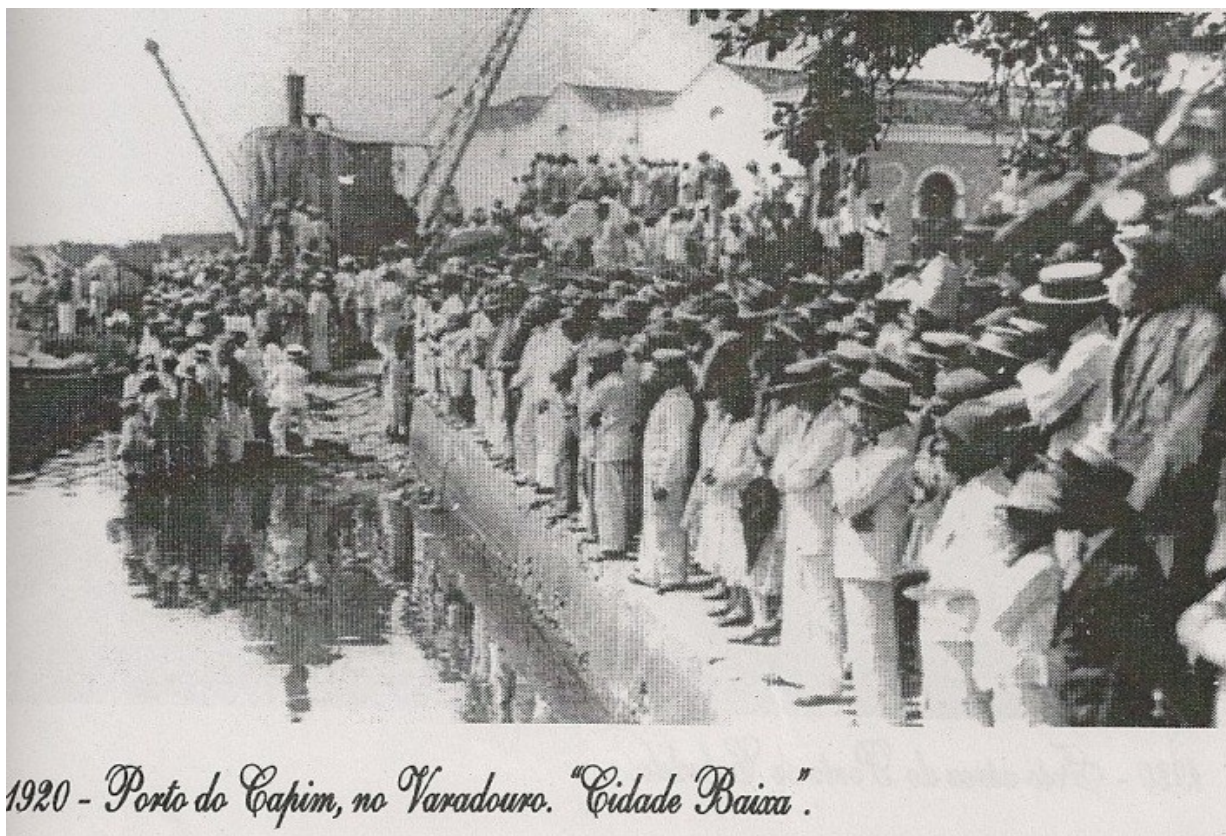


Foto 1 – Porto do Capim, no ano de 1920.
Fonte: Acervo Roberto Stuckert Filho.

Popularmente conhecido como Porto do Capim, o Porto do Varadouro foi criado para escoar a produção local, principalmente o açúcar. Foi um importante ponto comercial da capital paraibana, onde eram realizados os grandes negócios, quando o Porto de Cabedelo ainda não existia. Em seu entorno edificou-se o conjunto urbano do Varadouro, de uso predominantemente comercial onde foram construídos alguns armazéns e o prédio da alfândega (IPHAN, 2008). A foto 2 mostra o cais do Porto do Capim, acervo de Roberto Stuckert Filho.

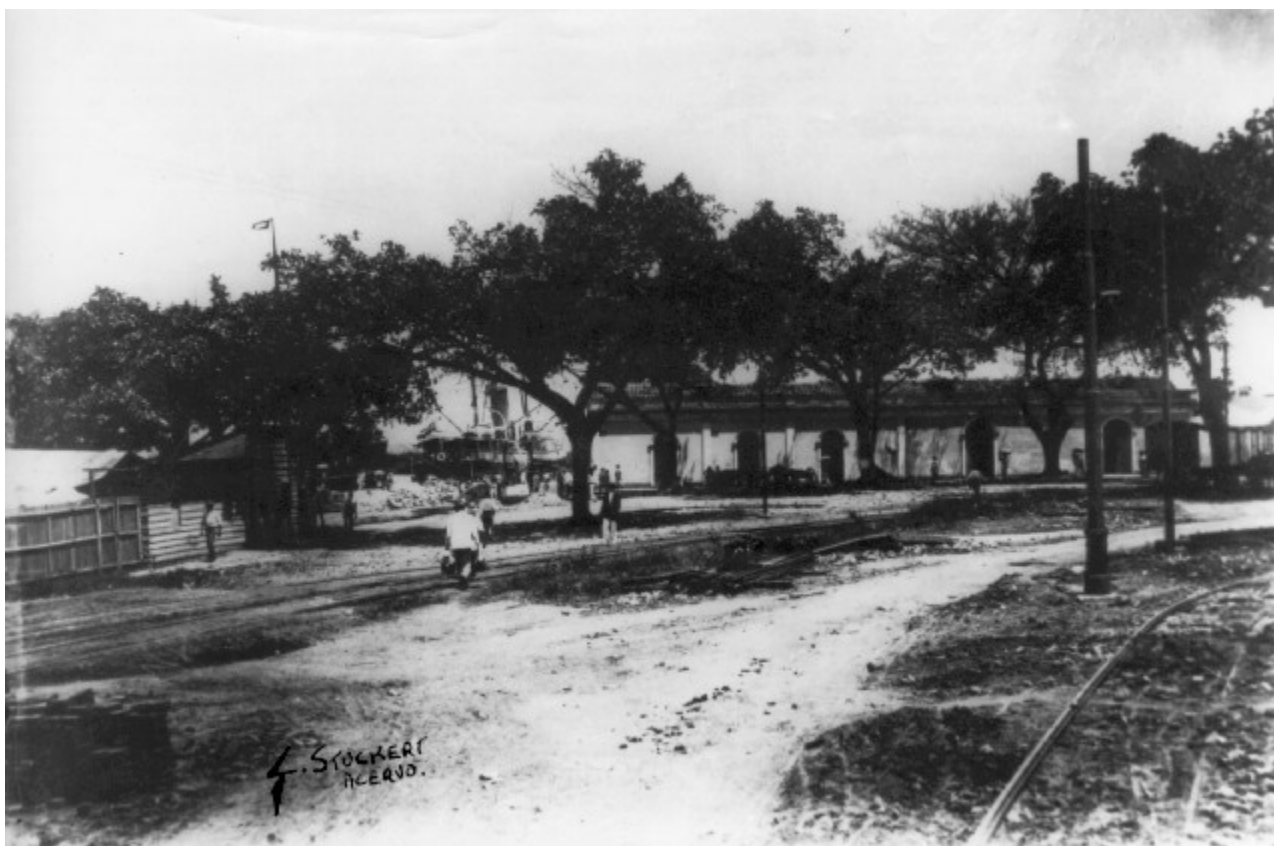


Foto 2 - Praça Maciel Pinheiro em 1910 (atual Praça 15 de Novembro), vendo-se o cais do Porto do Capim e um velho navio ancorado.

Fonte: Acervo Roberto Stuckert Filho.

Problemas estruturais da concepção do projeto de construção do porto, juntamente com o enorme desvio de verbas, e a construção de um novo porto na vizinha Cabedelo, facilitada pelas mudanças advindas da modernização acarretaram o abandono das obras de construção do Porto da Capital, conforme argumenta Joffily (1983) em sua obra *Porto Político*.

Com o fim da função portuária, o Porto do Capim foi sendo gradativamente desativado e a área “esquecida” pelos gestores públicos, gerando a decadência econômica do local. Nesse contexto de abandono, famílias vindas do interior do estado, e até mesmo de outros estados próximos, bem como trabalhadores do Porto e do comércio no Varadouro passaram a ocupar o local. Assim, trabalhadores do comércio, da agricultura, da pesca ou setor ligado a embarque e desembarque de produtos por terra e por água, os arrumadores, optaram por morar no local, tendo em vista a proximidade com o rio, com a estação ferroviária, com o ponto comercial da cidade, e demais benefícios que os levaram a escolher residir na área.

Scocuglia conta que:

O bairro do Varadouro, até a década de 1940, abrigava, predominantemente, usos ligados às atividades portuárias, ao comércio, à habitação e ao lazer. A construção de um novo porto, na cidade de Cabedelo, zona metropolitana de João Pessoa, bem como a urbanização do entorno do Parque Solon de Lucena, abertura e pavimentação da Av. Eptácio Pessoa acelerou o processo de expansão urbana em direção às praias. Acarretou, posteriormente, o abandono e a transferência gradual das atividades comerciais, institucionais e de moradia no sentido centro- praia. Iniciou-se um processo de estagnação dos bairros centrais e, em especial, do bairro do Varadouro (hoje conhecido como o maior bairro da Cidade Baixa) onde permaneceram alguns trechos ocupados por habitações de classe médias e baixas, convivendo com espaços deteriorados, bares e casas de prostituição frequentados à noite por boêmios e intelectuais. Nesse mesmo período, entre as décadas de 1940 e 1970, ocorreu a consolidação da comunidade Porto do Capim formada, em geral, por famílias de pescadores, situada nas vizinhanças do antigo atracadouro, então abandonado (2010, p. 82).

A autora identifica, em 2004, que a área do Porto do Capim contava com abastecimento de água, luz e telefone, destacando também o sistema de esgoto – existente, porém precário – que deságua no Rio Sanhauá, sem qualquer filtragem. O único suporte a um sistema de saneamento básico foi o instalado na década de 1920.

É o mesmo sistema instalado na década de 1920 pelo escritório Saturnino de Brito, através de uma estação elevatória localizada na Praça XV de Novembro, atualmente necessitando de recuperação devido à poluição crescente das águas do rio e ao comprometimento da saúde pública (SCOCUGLIA, 2004, p. 118).

Scocuglia (2004) resgata alguns dados citados por Nogueira (1993), que quantificam a população naquele ano em 870 pessoas, com média de 6 habitantes por moradia. Deste total, cerca de 340 pessoas (38,46%) encontravam-se desempregadas, enquanto 535 estavam ocupadas em atividades de baixa remuneração.

Segundo Scocuglia (2004), o estudo de Nogueira (1993) constatou que a maioria da população residente é oriunda da zona urbana de João Pessoa, sendo o principal motivo de permanência no local a proximidade dos locais de trabalho. Também identificou três tipos de habitações na área, caracterizadas como: tipologia 1 – casas isoladas com recuos laterais mínimos de 0,70 m, voltadas para a rua Porto do Capim, sendo mais antigas e edificadas em alvenaria de tijolos cerâmicos; tipologia 2 – cortiços resultantes dos antigos armazéns existentes na área, com dois cômodos, em avançado estado de decadência física; e a tipologia 3 - vilas formadas

por habitações de um cômodo, estas mais recentes.

Hoje, segundo moradores, calcula-se que moram aproximadamente 2000 pessoas o local. Dados parciais de um levantamento socioeconômico realizado em agosto de 2012 pela Fundação Casa de Cultura Cia. da Terra, tendo como agentes da pesquisa moradores da comunidade do Porto do Capim, constam que sua população está estimada em 711 moradores, dentro os quais 241 crianças, 134 adolescentes, 274 adultos e 62 idosos, compondo 228 famílias em 193 unidades habitacionais, segundo dados

1.2 Solo e vegetação

A área de estudo está inserida num ambiente sedimentar, de acumulação, por se tratar de um ambiente estuarino. Estuário caracteriza-se por ser um ecossistema de transição entre os meios marinho, fluvial e terrestre, e sua ocorrência nesta área ocorre pela confluência do Rio Sanhauá, um afluente do Paraíba, com o Oceano Atlântico. O estuário do Rio Paraíba do Norte está localizado entre as latitudes 6°54'14" e 7°07'36" S, e as longitudes 34°58'16" e 34°49'31" W (Baixo Paraíba) e drena as cidades João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo (NISHIDA, 2000 apud SILVA, 2011, p.38)

Entre quintais das casas dos moradores da comunidade do Porto do Capim e o rio Sanhauá, existe o mangue, vegetação típica de ambientes estuarinos. Esse ecossistema constitui-se por uma vegetação peculiar quanto a estrutura. Rodriguez (2002) caracteriza esse ecossistema:

Nas desembocaduras dos rios e até onde exista influência das marés, aparecem solos lamacentos, salinos, pantanosos ou instáveis, com alto teor de matéria orgânica em decomposição, com ocorrência da vegetação arbórea ou arbustiva de mangue, bem adaptada a estas condições edáficas. As espécies dessa formação vegetal apresentam algumas características essenciais para essa adaptação ao meio, por exemplo, raízes suportes e respiratórias. (p. 33-4)

A palavra mangue possui diversas origens, sendo a mais conhecida advinda do malaio 'manggi-mangii', que significa árvore de raiz, e do termo "mangroove" – pequeno bosque (SILVA, 2011). Essa vegetação, também denominada de Floresta Paludosa ou Higrófita, fixa-se em depósitos argilo-arenosos ricos em matéria orgânica em processo de decomposição. É uma vegetação adaptada à salinidade e pouco oxigênio, que é utilizado no processo de decomposição da matéria orgânica que

nesse ambiente encontra-se em constante deposição. O mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue-de-botão ou cinzento (*Conocarpus erecta*), mangue siriúba (*Avicennia schaueriana*) e mangue branco (*Laguncularia racemosa*) são algumas espécies que ocorrem nos manguezais paraibanos (FURRIER, 2007).

O solo, por conta da pouca disponibilidade de oxigênio, é muito seletivo em questão de biodiversidade. Assim, as árvores do mangue, como forma de adaptação e sobrevivência, possuem raízes aéreas (raiz respiratória), que contam com poros que absorvem oxigênio da atmosfera.

O mangue está marcado na história do homem, como um ambiente ligado à sua sobrevivência e subsistência. Conforme Dean (1996, apud MÁXIMO, 2013).

Com o declínio dos grandes animais de caça, alguns dos homens que ainda exploravam a atividade, mudaram-se para a margem das baixadas do continente: para eles, eram os domínios mais distantes de suas expedições. As baixadas, na época, eram um tanto maiores que agora, porque o nível do mar ainda estava muitos metros abaixo daquele de épocas posteriores. Grande parte da costa era protegida por recifes ou bancos de areia, que permitiam a formação de estuários de maré, verdadeiros lagos de acumulação de nutrientes arrastados por rios e riachos. Ali os exploradores encontravam pântanos de mangues e, presas ao manguezal, ostras de mangue. Uma economia maravilhosamente conveniente – quase nenhuma energia ou técnica eram necessárias para colher proteína das árvores! Acampavam em lugares protegidos, coletavam os moluscos abundantes e atiravam as conchas por cima dos ombros. Logo se acumularam pilhas enormes de conchas de amêijoas, mariscos, mexilhões e ostras das árvores e da lama (2013, p. 20)



Foto 3 - Vegetação de mangue encontrada no Porto do Capim

Fonte: Silva, 2011



Foto 4 - Vegetação de mangue encontrada no Porto do Capim
Fonte: Silva, 2011

1.3 Caracterização dos Entes Comadre Fulozinha e Pai do Mangue

A Comadre Fulozinha e o Pai do Mangue são conhecidos na região do Nordeste brasileiro. Descrevem figuras etéreas, que habitam as matas no caso da Comadre Fulozinha, e os mangues e rios no caso do Pai do Mangue, protegendo a natureza e castigando aqueles que a prejudicam. O texto elaborado por Antropocontando (2013) fornece um relato da entidade Comadre Fulozinha:

“Inserida na cultura nordestina, há um ser etéreo conhecido na Paraíba como Cumadre Fulozinha (flor-do-mato). Diz a lenda que é espírito de uma cabocla de longos cabelos, que vive na mata protegendo a natureza dos caçadores e, que gosta de ser agradada com presentes, principalmente mingau, fumo e mel. Alguns antigos falam que a Cumadre Fulozinha era uma criança que se perdeu na mata quando ainda era pequena, ela procurou o caminho de volta para sua casa mais não achou e acabou morrendo, fazendo com que seu espírito vagasse pela floresta em busca do caminho de volta para casa. Acredita-se que ela protege as matas e os animais que nelas vivem. Carrega consigo um chicote feito com talos de urtiga para dar uma ‘lição’ nos garotos desobedientes, principalmente os que maltratam a natureza. Sua chegada é anunciada com um assovio que funciona da seguinte maneira: quando se escuta de perto, ela está longe, e quando o assovio é escutado ao longe, ela está perto. Para fazê-la amansar é necessário levar consigo um presente, que se coloca em um tronco de árvore para ela buscar, de preferência fumo e papa. Cumadre Fulozinha também se apresenta como uma menina de aproximadamente doze anos, com os cabelos longos e estirados e de aparência simpática. É

sempre vista pelos caçadores que em geral lhe tem grande admiração e respeito, pois sabem que para ter uma boa caça precisam de sua ajuda. A Cumadre Fulozinha não gosta de pimenta e quem coloca pimenta em seus presentes ela se vinga dando uma surra. Segundo relatos de antigos caçadores e pessoas que viviam pegando lenha na mata, que afirmam ter tido contato com Cumadre Fulozinha, sua existência é comprovada pelas tranças e nós em crina e no rabo do cavalo, que ninguém consegue desfazer, só ela mesma, e quando ela pega um cavalo, anda com ele até o bicho ficar cansado e não conseguir mais andar. Há relatos dos que também se lembram de surras que ela dá nos cachorros de caça e nos caçadores que ficam falando “nomes feios” (palavrões) no meio da mata. Os antigos contam que uma mulher de caçador, com ciúmes dele colocou pimenta no mingau que ele levava de oferenda para a ‘Cumadre’. Quando ele chegou à mata para caçar com seu cachorro, ele levou uma surra de urtiga que não sabia de onde vinha e, de quebra, seu cachorro também apanhou. Depois de muito sofrimento e dor, ainda ficou perdido dentro da mata por 3 dias. ‘Uma vez a Cumadre Fulozinha deu uma surra no cachorro do meu tio, quase matava o animal. Outra vez foi com o cavalo, o cavalo estava com a crina cheia de nós, é fez uma trança no rabo do animal. Era muito difícil desatar o nó. Conta-se, que o cavalo que Cumadre Fulozinha andava, não dava dor de barriga. E o animal que ela mais gosta é o coelho. Ela não gosta que ninguém maltrate coelho.’ O caçador quando vai à mata para caçar e percebe alguma coisa estranha, ele dever voltar, e oferecer a ela (Cumadre Fulozinha) um pouco de fumo. Não se deve chamá-la de Caipora, porque ela fica muito brava.”

O Pai do Mangue encontra-se também difundido em estados do nordeste brasileiro. Segue-se uma descrição deste, encontrada em História de Canguaretama (2010) e Lendas da Paraíba (2010), e relatos de moradores da comunidade ribeirinha Casa Branca, do município de Bayeux, presentes no livro Sob o Olhar do Pai do Mangue (2011):

“Rege a lenda que o Pai do Mangue tem a fisionomia de um velho que usa um chapelão, que não deixa ninguém observar sua face, ao mesmo tempo ele fuma um cigarro que nunca se apaga e traça roupas de pescador. Para o Pai do Mangue não ficar zangado é necessário levar para o mangue e oferecer a ele um pouco de fumo de rolo, deste modo ele ficará satisfeito caso contrário o Pai do Mangue através de luzes e assobios, pode confundir o pescador fazendo ele se perder dentro do mangue. As pessoas que acreditam e respeitam o pai do mangue podem ser agraciados por ele com pesca farta.”

“O Pai do Mangue é um espírito que cuida dos mangues e dos rios. Crê-se que antes da pesca e até mesmo durante, ao realizar certos ritos, o pescador recebe ajuda e seu trabalho se torna mais farto e seguro. Presenteá-lo com fumo é um deles. Em caso de desrespeito aos “mandamentos” do Pai do Mangue, o infrator pode sofrer diversas punições como ataques de animais (que alguns acreditam ser o próprio Pai do Mangue transfigurado), avarias na canoa, pesca ruim ou perda do que já havia pescado. Uma outra punição comum é a perda da orientação dentro do mangue ou do rio. As atitudes mais rechaçadas pela entidade seriam proferir palavrões, a violência contra a natureza e o desrespeito pela vida.”

“Quem vai duvidar do Pai do Mangue? Ele existe sim, vive dentro do mangue, ele é dono de tudo isso aqui. A gente tem que respeitar, não é? Se você respeitar ele, você consegue pescado, consegue madeira, consegue tudo. Agora desrespeitar ele é perigoso, porque você pode se perder no mangue, passar horas e horas nesse verde. [...] Ele maltrata quem maltrata ele. Ele é uma pessoa boa, sensível. Senti os sinais dele muitas vezes, muito peixe que eu pegava sumia do nada. Ele é pra se respeitar...[...] Ele é invisível, a gente dificilmente vê. Ele não aparece a qualquer um, não. A gente quando sente a presença dele, dá um arrepiamento danado. Um dia ele passou bem perto de mim com o samburá cheio de peixe. O dia de pescado foi uma maravilha, ele me deu um sinal, me

mostrou o lugar onde eu devia trabalhar. Ele é bom, não é?”

2 REVISÃO DA LITERATURA

Busca-se na geografia cultural moderna o suporte teórico-metodológico para esta pesquisa, através de seu aporte conceitual, que considera a apropriação simbólica que os homens têm do mundo para com ele relacionar-se, e de seu método fenomenológico. A relação homem/meio e a questão da identidade são contempladas por essa geografia que vêm se desenvolvendo ao longo das últimas quatro décadas. Os conceitos de território e territorialidade também são abarcados como essenciais para o estudo proposto para a comunidade do Porto do Capim.

A geografia cultural sofreu uma mudança de atitudes a partir do início da década de 1970. Renova intrinsecamente duas questões muito trabalhadas por essa abordagem desde o começo do século XX: a diversidade regional da Terra e a relação homem/meio. A presente pesquisa interessa-se pela segunda questão. Se, na abordagem cultural de antes, já existia como questão central a relação homem/natureza, essa era feita de maneira demasiadamente descritiva, dando-se ênfase a uma paisagem “estetizada”. Preocupava-se muito mais em descrever o mundo, que compreendê-lo. Os fatos da cultura eram tratados apenas em seus aspectos materiais, através dos artefatos criados pelos homens, dos gêneros de vida² e das transformações das paisagens, e assim conferia um enorme peso ao passado, na falta de ferramentas para explicar a complexidade do mundo presente (CLAVAL, 2001).

A mudança que afeta os estudos culturais que até então se produziam, “nasceu da constatação de que as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais” (ibidem, p. 39). Ainda sobre essa “virada cultural”, que veio acompanhada de grande valorização aos aspectos culturais, Corrêa (1999, p.51) afirma que “o ressurgimento da geografia cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica”, e assim, para a compreensão do mundo, se teria como ferramenta necessária a dimensão cultural.

A partir de então seriam levadas em conta questões referentes a processos

²O conceito de gênero de vida, elaborado por Vidal de La Blache, a partir do “possibilismo”, é a forma específica de cada grupo, sua maneira de “ser”, em que esses grupos realizam uma adaptação ao meio a partir de uma herança cultural e instrumental, transmitida pelo hábito.

mais subjetivos dos seres humanos. Para o geógrafo Paul Claval, a nova geografia cultural terá outro sentido:

trata-se de interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças (CLAVAL, 2001, p.35-86).

Nesta renovada concepção da cultura, que dá lugar à sua dimensão subjetiva, o aspecto material não é de forma alguma negligenciado. A partir de então esses dois aspectos passam a ser analisados sob a ótica de seus significados e são entendidos como integrantes da espacialidade humana. Os conceitos geográficos de território, territorialidade, lugar, espaço e paisagem passam a ser examinados a partir das tramas simbólicas que englobam a sua construção. Novas temáticas como identidade espacial, representações sociais, estudo das religiões, entre outras, passam então a fazer parte do repertório dos estudos geográficos.

Cosgrove (2003), em seu estudo sobre os problemas teóricos da geografia cultural, propõe a noção de apropriação simbólica do mundo, dizendo que esta produz estilos de vida (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos. Desta forma, para este autor o papel da geografia cultural é apreender e compreender esta dimensão simbólica da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço.

O conceito de identidade está intrinsecamente associado aos de território e territorialidade, uma vez que esses dois últimos constituem-se, além da dimensão material, de uma dimensão simbólica, subjetiva, que perpassa as relações construídas e contidas nesse espaço. Para tal, apoia-se na preposição de Haesbaert (1999, p. 172) de que “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território”, assinalando assim a estreita relação entre identidade e território.

Nesse sentido, Claval (2001) concorda que há uma íntima ligação entre a construção das identidades e a organização territorial, e à maneira como é percebida por aqueles que a organizam e a executam. Afirma esse autor que:

a partir do momento em que um grupo é expulso de seu território tradicional, seus membros passam por grave crise de alienação, pois perdem suas referências topográficas, as rochas ou as fontes nas quais seus ancestrais fundadores estavam presentes” (ibidem, p.67).

O rio, a mata, o mangue podem ser entendidos como referências topográficas para os moradores da comunidade do Porto do Capim, conforme se perceberá a partir das falas das crianças. Tais referências, além de existirem num âmbito material e possuírem uma importância prática, funcional para essa comunidade ribeirinha, estão profundamente relacionadas a aspectos subjetivos e simbólicos da construção da identidade.

Para uma melhor compreensão da relação íntima entre território e identidade, se faz necessário considerar as dimensões objetivas e subjetivas que compõem a identidade. Haesbaert (1999, p. 174), ao discorrer sobre a dimensão objetiva da identidade aponta a necessidade de se conceber uma base material que sirva de aporte para a construção de muitas identidades, e assim afirma que “por mais que se construa simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui de alguma forma, um componente estruturador da identidade”. É na base material da constituição do território que se reproduz o valor simbólico presente, demarcado e apropriado, que se reproduzem e se fortalecem ao mesmo tempo reforçam o a existência de territórios específicos.

Um grupo possui diversas formas de expressar sua identidade. No caso da comunidade do Porto do Capim, além do fenômeno descrito neste trabalho, pode-se acrescentar, como um exemplo mais prático dessa expressão, o “calendário cultural do Porto do Capim”, denominado assim por um grupo de mulheres moradoras da comunidade, a Comissão Porto do Capim em Ação, formada desde 2012, com o apoio da Casa de Cultura Cia. Da Terra, de professores e alunos da Universidade Federal da Paraíba e demais apoiadores, em prol da organização comunitária para o questionamento e enfrentamento do já mencionado Projeto de “Revitalização” que prevê a “remoção” das comunidades do local. Este calendário compreende vários “eventos culturais” relevantes para a comunidade, como, entre outras, a Procissão de Nossa Senhora da Conceição, o São João, o carnaval, a festa comemorativa do aniversário da cidade, denominada Raízes do Porto. O território da comunidade, assim, constitui a base material essencial ao acontecimento dessas manifestações.

O reconhecimento da existência de territórios e territorialidades vem mostrar a presença de representações materiais e simbólicas num dado espaço, onde duas forças distintas se tencionam na busca do domínio do Poder de decidir ações sobre

aquele território. Para Haesbaert (2007, pp. 20-21), desde a origem, o território nasce:

com uma dupla conotação material e simbólica, pois, etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com a dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com essa dominação ficam alijados da terra, ou no "*territorium*" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.[...] Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'.

A territorialidade, segundo Bonnemaïson (2002) é um comportamento espacial, vivido, que serve para enraizar, fixar os homens em seus territórios e dar mobilidade ao grupo. Relaciona-se com o espaço interna e externamente, pois a partir da relação que estabelece com seu território, relaciona-se com o "estrangeiro", com o que está fora de da delimitação territorial. Sack (1986, p. 6) resume o sentido de Territorialidade da seguinte maneira:

A Territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área. Os territórios políticos e a propriedade privada da terra podem ser as suas formas mais familiares, mas a Territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Ela é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A Territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados. A mudança de funções da Territorialidade nos ajuda a entender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo.

A territorialidade, segundo Haesbaert (2007), além de conter uma dimensão puramente política, também se refere a relações culturais e econômicas. Complementado esse raciocínio, Sack (1986, p. 271) afirma que:

a territorialidade, como um componente do poder, não é somente um meio de criar e manter a ordem, mas é um mecanismo para criar e manter muito do contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e damos sentido a ele.

Então, a territorialidade é uma maneira de se organizar dentro de um espaço, marcada por relações de poder. É histórica, espacial, constitui-se de um

mecanismo de estratégias políticas, objetivas, mas também abarca uma dimensão subjetiva, simbólica, pois “está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar” (ibidem, p. 3).

Haesbaert (2007) aponta que se podem conceituar dois grandes “tipos ideais” ou referências “extremas” para se investigar o território, um tipo mais funcional, enquanto o outro mais simbólico. Estes tipos nunca se manifestam em estado puro, todo território funcional carrega alguma carga simbólica, por menor que seja, e todo território simbólico tem sempre um caráter funcional, por mais reduzido que seja. O autor esquematiza os extremos do *continuum* entre funcionalidade e simbolismo do território como pode ser visto no quadro a seguir:

Território de dominância “funcional”	Território de dominância “simbólica”
<p>Processos de Dominação “Territórios da desigualdade”</p> <p>Território sem territorialidade (empiricamente impossível)</p> <p>Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)</p> <p>Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro)</p>	<p>Processos de Apropriação (Lefebvre) Territórios da diferença”</p> <p>Territorialidade sem território (ex.: “Terra Prometida” dos judeus)</p> <p>Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades)</p> <p>Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)</p>

Quadro 1 – Continuum entre funcionalidade e simbolismo do território
Fonte: Haesbaert (2007)

Para construir um entendimento mais amplo este estudo busca, ainda, em fontes de outras áreas das Ciências Sociais, compreender o significado de identidade e patrimônio cultural.

Com base no Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que alega constituírem patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, e tendo em vista o Decreto 3551, do ano de 2000, que institui o registro dos bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do

Patrimônio Imaterial, conforme Anexo II desta pesquisa, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2006) por meio da Resolução 001, presente no anexo III, define a noção de bem cultural imaterial, considerando que:

se entende por bem cultural de natureza imaterial as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social.

Atrai-se ao conceito de patrimônio Imaterial, o qual o IPHAN define da seguinte forma:

Enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

A identidade, portanto, está atrelada a essa noção de bem cultural e patrimônio imaterial. O presente estudo interessa-se pela identidade coletiva da comunidade, que segundo Silvestrin:

se constrói a partir de elementos e dinâmicas de um determinado universo cultural, ganhando materialidade através de bens, práticas e representações que lhe são pertinentes. [...] A identidade, portanto, é indissociável da cultura entendida como sistema simbólico que fornece os referenciais para a visão de mundo dos que dela partilham, para a construção dos seus sentidos de pertencimento, de continuidade, de comunidade (SILVESTRIN, p. 8).

Para Castells (1999) a identidade é uma construção historicamente produzida dos significados sociais e culturais, processados e reorganizados por indivíduos, grupos sociais e sociedades, a partir de suas estruturas sociais. Em um indivíduo (ou um ator social) pode ainda haver identidades múltiplas, que são fonte de tensão e contradição.

Sobre o processo de construção da identidade, o autor alega que:

vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua fusão de tempo/espço. (CASTELLS, 1999, p. 23)

As instituições dominantes também podem ser criadoras de identidades,

porém isso só ocorre “quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização” (ibidem, p.23). Sobre esse significado, o autor define como sendo a identificação simbólica que um ator tem sobre a finalidade de uma determinada ação que pratica, sendo que na sociedade em rede, para maior parte dos atores “o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) autossustentável ao longo do tempo e do espaço” (ibidem, p. 23).

De acordo com Berger e Luckmann (2004), a identidade deriva da relação dialética entre a sociedade e um indivíduo. A identidade “uma vez cristalizada é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social (ibidem, p. 179).

Para Giddens (2003, apud ASSAD, 2006, p. 4) toda situação social, instituição ou evento complexo resulta de uma configuração particular de indivíduos, suas disposições, situações, crenças e recursos e ambientes físicos. A identidade situa-se e é percebida na interface, seja do grupo ou do indivíduo. É o primeiro ponto de contato. É por meio dela que se manifestam, reciprocamente, as afinidades que determinarão, em um primeiro instante, a aceitação, ou não, do indivíduo ou do grupo em um contexto social. A cultura, por sua vez, exerce um papel de definição de fronteiras, isto é, cria distinções entre um grupo e outros, e transmite um sentido de identidade para os membros do grupo. A cultura facilita a geração de comprometimento a alguma coisa maior do que o interesse individual e fornece os padrões apropriados para o que os membros devem dizer e fazer.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolveu-se na comunidade do Porto do Capim, localizada no bairro do Varadouro, em João Pessoa, próximo ao estuário do rio Sanhauá, onde foi realizada a coleta de dados. Foi realizado um levantamento bibliográfico, com pesquisas em bibliotecas e em órgãos como o IPHAN e o IBGE. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa, que utiliza o método fenomenológico.

O método fenomenológico busca uma descrição direta da experiência tal como ela é, sem se preocupar com sua gênese psicológica ou as suas possíveis explicações causais. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado (GIL, 2008). Portanto, não há uma única realidade para a fenomenologia, mas tantas quantas forem suas interpretações e comunicações (BICUDO, 1994, apud GIL, 2008).

Para Gil, nas pesquisas realizadas com o enfoque fenomenológico

o pesquisador preocupa-se em mostrar e esclarecer o que é dado. Não procura explicar mediante leis, nem deduzir com base em princípios, mas considera imediatamente o que está presente na consciência dos sujeitos. O que interessa ao pesquisador não é o mundo que existe, nem o conceito subjetivo, nem uma atividade do sujeito, mas sim o modo como o conhecimento do mundo se dá, tem lugar, se realiza para cada pessoa (GIL, 2008, p 14).

Para a coleta de dados utilizou-se a técnica de grupo focal. Grupo focal é uma técnica de investigação que permite aos participantes elaborarem as suas crenças e valores, a respeito de um determinado tema, a partir das discussões e opiniões expressadas por todo o grupo. Gaskell (2002) considera que os grupos focais propiciam um debate aberto e acessível em torno de um tema de interesse comum aos participantes. O grupo focal difere da entrevista individual por basear-se na interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa. Sua formação obedece a critérios previamente determinados pelo pesquisador, de acordo com os objetivos da investigação, cabendo a este a criação de um ambiente favorável à discussão, que propicie aos participantes manifestar suas percepções e pontos de vista (MINAYO, 2000). A realização dos grupos focais seguiu um roteiro semi-estruturado, que encontra-se no Apêndice I desse trabalho.

Elaborou-se um pedido de autorização, a ser apresentado ao responsável de cada criança participante, que continha a explicação acerca do tema da pesquisa e sobre a atividade que seria realizada. As autorizações foram entregues aos

responsáveis, em mãos, alguns dias antes da realização dos grupos focais, ocasião em que foi combinado o local e o horário em que as atividades aconteceriam.

A coleta de dados deu-se com a realização de dois grupos focais, onde participaram 12 (doze) crianças moradoras da comunidade do Porto do Capim, com idades entre 7 (sete) e 12 (doze) anos. Em ambos utilizou-se uma câmera filmadora para o registro e seguiu-se um roteiro de perguntas, abertas e fechadas. A pesquisadora coordenou ambos os grupos e contou com um auxiliar encarregado de filmar as atividades. Utilizou-se papel ofício A4, canetas esferográficas, lápis grafite e lápis de cor para a representação gráfica que foi proposta na atividade.

O primeiro grupo focal foi realizado no final de 2013, numa manhã de sexta-feira, na Escola Estadual Padre João Félix, e o segundo grupo foi realizado no início de 2014, na sede da Igreja Católica, a qual os moradores do Porto do Capim denominam de “comunidade”, ambas localizadas na comunidade do Porto do Capim. O primeiro grupo, que ocorreu na Escola, foi realizado durante o período em que aconteceria a segunda aula da manhã, que ocorre depois do intervalo das crianças. A diretora da escola, que foi consultada pela pesquisadora dias antes desta atividade, autorizou a suspensão dessa aula para a realização da atividade. O grupo focal teve em sua composição crianças entre sete e doze anos, estudantes da Escola Estadual Padre João Félix, e um componente estudante da Escola Municipal Frei Afonso, localizada no bairro do Roger, distante aproximadamente 1,4 Km da comunidade. Nesse primeiro Grupo Focal apenas uma criança não era moradora da comunidade do Porto do Capim, mas sim de um galpão ocupado na comunidade vizinha, a Vila Nassau. Ela está dentre as crianças do 4º ano.

O segundo grupo focal, realizado numa manhã de sábado na Sede da Igreja Católica (comunidade), foi composto por crianças de oito a doze anos e também contava com estudantes das escolas Padre José Félix e Frei Afonso. Neste segundo grupo focal, todas as crianças eram moradoras da comunidade do Porto do Capim.

A prática dos grupos focais foi satisfatória para a realização da pesquisa. Pôde-se observar que o componente da Vila Nassau, do primeiro grupo, se demonstrou mais tímido, um tanto reservado, em comparação as outras crianças. Teve-se a iniciativa de incentivá-lo, assim como as demais crianças que vez por outra ficavam mais caladas, a participar e contar suas opiniões e experiências sobre o tema abordado. Ademais, de maneira geral, houve efetiva participação dos

componentes, que demonstrando muita convivência e familiaridade entre si, tanto nos fatos cotidianos da comunidade em que moram como nos relatos a cerca da Comadre Fulozinha e do Pai do Mangue por eles narrados. A interação entre crianças dos grupos focais foi constante e se verificou em diversos cortes narrativos, onde as mesmas se interrompiam para completar as histórias umas das outras. Houveram histórias em que várias crianças ali presentes participaram juntas, e outras de que diversas crianças tem o conhecimento, reforçando ainda mais a interação entre elas.

A análise dos dados foi realizada utilizando-se a técnica de codificação dos conteúdos das falas e evocações dos participantes, conforme proposto por Bardin (1979), compreendendo as fases de pré-análise, exploração e organização do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. As menções e evocações foram organizadas em núcleos temáticos que dão suporte à argumentação, revelando de que modo os participantes dos grupos focais se posicionam diante do tema, foco da discussão.

A estrutura deste trabalho seguiu as recomendações das normas ABNT para trabalhos acadêmicos NBR 6023:2002 – Informação e documentação – Referências – Elaboração, ABNT NBR 6027:2003 – Sumário – Procedimento e ABNT NBR 6028:2003 – Resumos – Procedimento.

4 RESULTADOS

Com base na fundamentação teórica apresentada, investigou-se aspectos da influência das entidades Comadre Fulozinha e Pai do Manguê na relação que as crianças da comunidade do Porto do Capim estabelecem em/com seu ambiente. Buscou-se em dois grupos focais, formados por crianças com idades e escolaridades diferenciadas, e que fazem parte da comunidade, identificar quais elementos presentes nas falas revelam a importância e a influência dessas entidades para as crianças do Porto do Capim.

1.4 Características dos Grupos Focais

Foram realizados dois grupos focais, formados por crianças da comunidade do Porto do Capim, que representam uma parcela da população que está exposta às influências das entidades, influências estas que contribuem para moldar a relação do indivíduo desta comunidade com o meio, físico e social.

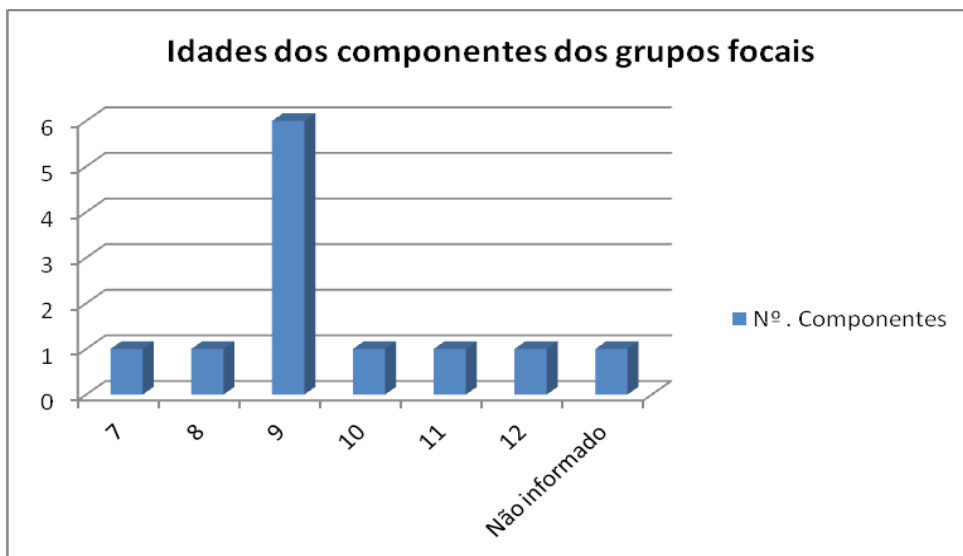
Os dados a serem apresentados resumem, em forma de tabelas e gráficos, as características dos participantes dos grupos focais. A tabela 1 e o gráfico 1 mostram a distribuição de idades das crianças participantes. Nota-se que a maioria, cerca de 50%, têm 9 anos de idade.

Tabela 1 - Idade dos componentes dos grupos focais

Idade	Nº . Componentes	%
7	1	8,3%
8	1	8,3%
9	6	50,0%
10	1	8,3%
11	1	8,3%
12	1	8,3%
Não informado	1	8,3%
TOTAL	12	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 1 – Distribuição de idades dos componentes



Fonte: Dados da pesquisa

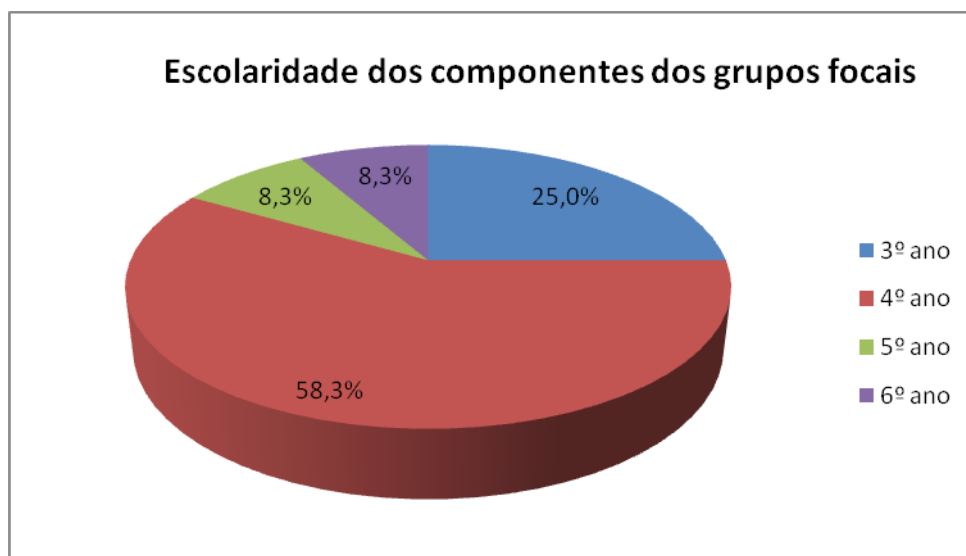
A tabela 2 e o gráfico 2 informam a escolaridade dos participantes dos grupos focais. Percebe-se que a maior incidência ocorre no 4º ano, com 58,3% do total de crianças.

Tabela 2 - Escolaridade dos componentes dos grupos focais

Ano Escolar	Nº . Componentes	%
3º ano	3	25,0%
4º ano	7	58,3%
5º ano	1	8,3%
6º ano	1	8,3%
TOTAL	12	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 2 – Escolaridade dos componentes



Fonte: Dados da pesquisa

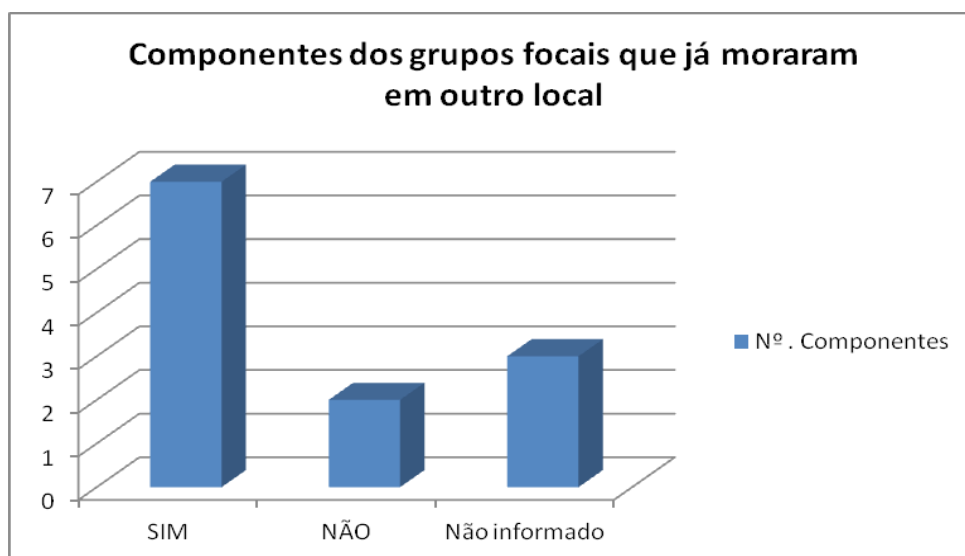
Alguns dos participantes dos grupos focais, quase 60%, informaram já terem morado em outros locais, conforme explicitado pela tabela 4 e pelo gráfico 4. A tabela 5 e o gráfico 5 informam os locais onde os participantes já moraram, anteriormente ao Porto do Capim.

Tabela 3 - Componentes dos grupos focais que já moraram em outro local

Já moraram em outro local?	Nº . Componentes	%
SIM	7	58,3%
NÃO	2	16,7%
Não informado	3	25,0%
TOTAL	12	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 3 – Componentes que já moraram em outros lugares



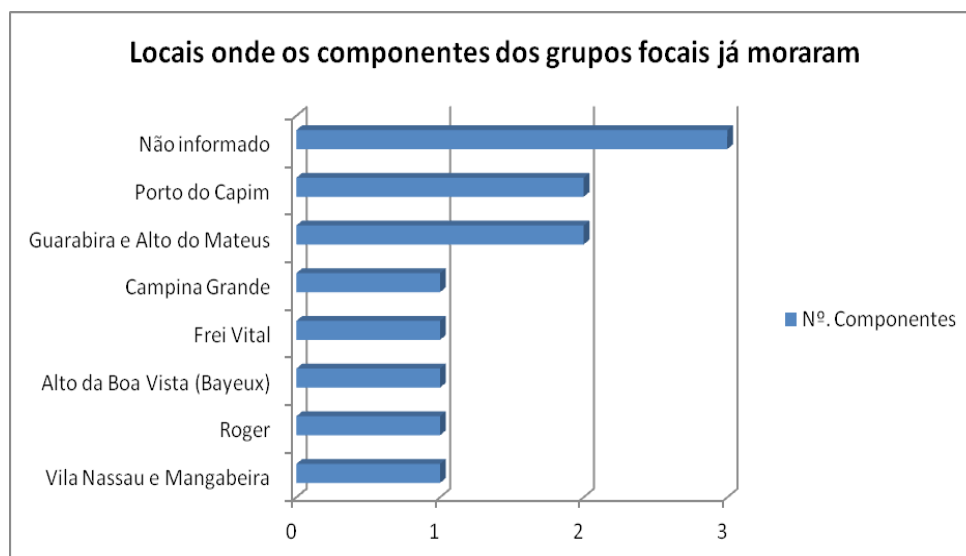
Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4 - Locais onde os componentes dos grupos focais já moraram

Locais	Nº. Componentes
Vila Nassau e Mangabeira	1
Roger	1
Alto da Boa Vista (Bayeux)	1
Frei Vital	1
Campina Grande	1
Guarabira e Alto do Mateus	2
Porto do Capim	2
Não informado	3
TOTAL	12

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 4 – Locais de moradia anterior



Fonte: Dados da pesquisa

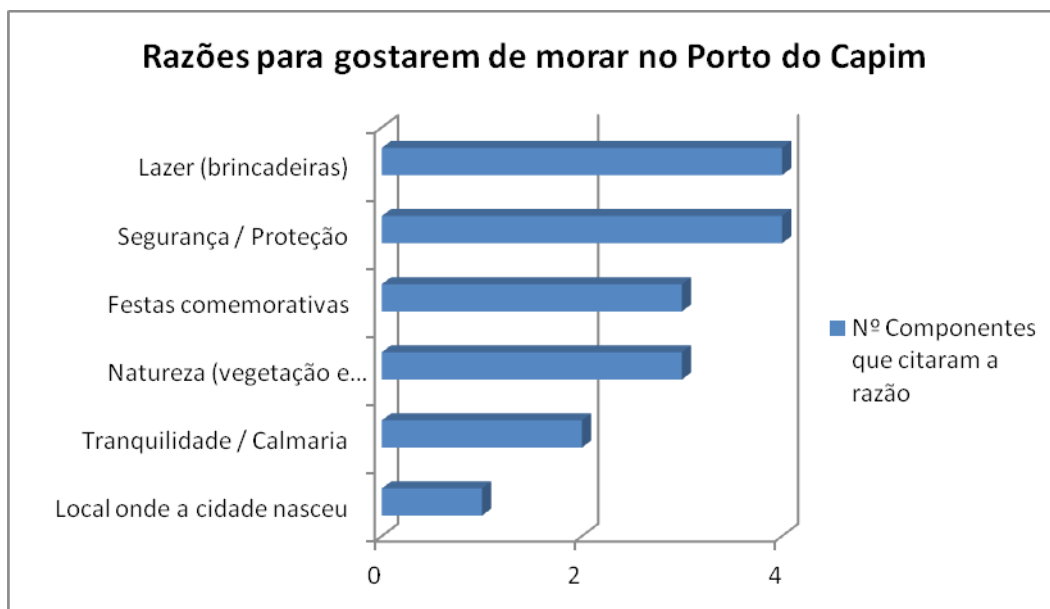
Questionadas se gostam de morar no Porto do Capim, as crianças responderam simultaneamente, com perceptível agitação, que sim. As razões apresentadas variaram desde o sentimento segurança e o lazer, estas as mais frequentes, o contato com a natureza e as festas comemorativas, em segundo lugar como razão para gostarem de morar, até a tranquilidade e por ser o Porto do Capim o local onde a cidade de João Pessoa nasceu. A tabela 6 e o gráfico 6 resumem as razões para as crianças gostarem de morar no Porto do Capim.

Tabela 5 - Razões para gostarem de morar no Porto do Capim

Razões	Nº Componentes
Local onde a cidade nasceu	1
Tranquilidade / Calmaria	2
Natureza (vegetação e animais)	3
Festas comemorativas	3
Segurança / Proteção	4
Lazer (brincadeiras)	4
TOTAL	17

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 5 – Razões para gostarem do Porto do Capim



Fonte: Dados da pesquisa

1.5 A Comadre Fulozinha e o Pai do Mangue na Percepção dos Componentes dos Grupos Focais

Para conhecer como as crianças do Porto do Capim percebem as entidades Comadre Fulozinha e Pai do Mangue, solicitou-se que os componentes dos grupos focais descrevessem “como eles são”, ou seja, as imagens mentais que têm desses “personagens”, imagens estas que em vários casos não se reduz ao imaginário. Segundo as crianças:

“a Comadre Fulozinha é uma mulher nua com os cabelos”, “caindo na frente” (os cabelos)”

“eu já vi ela, tia... O cabelo dela é tão longo”.

“o cabelo dela era igual...urtiga”.

“ela não gosta que maltrate os animais”

“Ela odeia esse apelido (Caipora)”

“Ela odeia (o apelido), se a pessoa chamar três vezes ela (inaudível) toda a (inaudível) da pessoa”.

“era uma menina. O pai forçava a fazer almoço”.

“ela era uma menina. O pai e a mãe dela, brigavam muito. Aí uma vez o pai se irritou com a mulher aí matou a mulher na frente da menina. Aí o pai ficou tão brabo, mais tão brabo com a menina também que jogou ela no mato”.

“(o pai da menina Comadre Fulozinha) deu uma pisa nela e ela pegou e saiu”.

“É, saiu mancando”.

“Quando ela foi pra mata ela era ainda uma criança, que a mãe dela tinha morrido aí ela ficou com o pai dela. O pai dela saía pra beber de noite e só voltava de manhã, aí quando ele chegava de manhã em casa queria que ela fizesse o almoço. Aí esse dia ela tinha acordado tarde, não fez o almoço e tava brincando de boneca. Aí o pai dela chegou e deu uma surra nela, cortou as costas todinha assim com corda de tambor. Aí ela ainda criou forças no chão, foi pra mata, deixou o cabelo crescer e passou urtiga no cabelo aí desse dia em diante ela começou a cuidar dos animais e quem maltratava os animais e a mata ela dava uma surra e trançava o cabelo dos cavalos e quem tirasse levava uma surra”.

“Ela gosta de fazer trança eu num sei por que”.

“Ela é muito rápida [...] ela faz assim (um som) e já tá terminado (a trança que faz no cabelo dos cavalos), só deixa a linha, a linha vermelha no animal”.

“ela gosta de quem mora na fazenda, quando queima as mata ela gosta que deixe pra ela papa e fumo porque se não leva um surra”.

“A Comadre Fulozinha salva a floresta”.

“se alguém matar um bicho que a Comadre Fulozinha protege, é quando tem uma lista assim na asa e na perna dele, aí ela vai e pega o chicote do cabelo dela e faz 'truf truf' nas costas da pessoa”.

“o povo diz que quando o assovio tá longe ela tá perto, quando tá perto ela tá longe”

“e quando diz que o assovio é bem fininho é porque é ela. e quando é forte não é ela não”

Agrupando algumas descrições relatadas pelas crianças, montou-se a seguinte caracterização:

A Comadre Fulozinha é uma menina/mulher que anda nua, com os cabelos bem longos feitos de urtiga caindo pela frente do corpo. Ela anda agachada, com os braços entrançados por detrás das pernas. Tem um assovio bem fino que quando se escuta por perto, é porque ela está longe e vice-versa. Odeia ser chamada de caipora e gosta de ser agradada com papa e fumo. A Comadre faz muito hábil e rapidamente tranças nos cabelos dos cavalos, de maneira que esses não sentem, deixando no local uma marca vermelha. Essa trança só quem consegue tirar é o dono do cavalo ou então tem de cortá-la. Se alguém matar um bicho que ela protege, a Comadre castiga dando chicotadas com seus cabelos. Reconhecem-se esses bichos quando têm uma listra na asa ou na perna.

As evocações feitas pelos componentes dos grupos focais, correspondentes às descrições mentais que têm a respeito da Comadre Fulozinha, apresentam grande semelhança com outras narrativas encontradas sobre a mesma, quando descrevem as suas características físicas e a personalidade.

Quanto ao Pai do Manguê, os participantes dos grupos focais forneceram as seguintes descrições:

“O Pai do Manguê é uma bola de fogo”.

“O Pai do Manguê é uma bola de fogo e às vezes ele voa”.

“O Pai do Manguê ele não anda não”.

“A roupa dele é de couro, tia. É feita de couro”.

“Ele fica uma bola de fogo se arrodando”

“Ele fica no alto das mangueira [...] Aí quando vê alguém assim de noite assim aí ele vira uma bola de fogo e vai girando assim pela água.”

“Eu acho que ele gosta só de fumo”.

“O Pai do Manguê protege o manguê”.

“o pai do manguê não gosta que ninguém maltrate os animais”.

“(O Pai do Manguê não gosta que maltrate) a natureza... E nem o manguê”.

“ele é dono do manguê”.

“O Pai do Manguê era um homem que ficava, ele morava sozinho, ficava pescando, ele saía de noite na escuridão pra fumar dentro da maré e pescar. Aí teve um dia que ele tava vendo uma bola de fogo na maré, aí ele seguiu. Quando ele seguiu ele virou dentro da maré e se afogou dentro d'água. Aí dizem que a alma dele ainda fica vagando pelos mangues e protegendo a natureza. Diz que quem maltrata os mangues e machuca os negócios do manguê e fica chamando nome³, ele dá uma lição de moral pra nunca mais fazer.”

No relato que se segue, embora tenha sido contado como mais uma das histórias do Pai do Manguê, o “homem” que as crianças citam se trata de algum morador da comunidade, que as crianças chamavam de Pai do Manguê. Demonstra, desta forma, o quão próximas estão e o quanto misturam-se aos fatos cotidianos, essas entidades. Questionadas se conheciam alguma outra história do Pai do Manguê, a

³ “Chamar nome”, para as crianças, significa falar “palavrão”.

s seguintes descrições foram fornecidas:

“... era um homem com o olho vermelho. Daí quando mexia com ele o olho dele ficava tudo vermelho, é, de fogo assim.”

“...quem desobedecia ele, ele ficava com o olho todo vermelho.”

“Uma pessoa ruim inventou de chamar ele de Pai do Manguê porque toda vez ele ficava lá na maré sem... só cuidando dos animais. Aí quando inventaram de empurrar ele na água ele ficou tão brabo que o olho dele ficou todo vermelho.”

“Morava ali, perto da casa da minha tia”

Com base nas descrições feitas pelas crianças, o Pai do Manguê, então, pode ser caracterizado da seguinte maneira:

O Pai do manguê era um pescador, que ficava à noite dentro da maré pensando e fumando. Uma noite, quando perseguia uma bola de fogo que apareceu dentro do manguê, ele se afogou. Desde de então, dizem que a alma dele vaga pelos mangues, protegendo a natureza e dando uma lição para aqueles que ousam machucá-la. Hoje o Pai do Manguê é o dono e protetor do manguê. É um homem que usa uma roupa de couro, gosta de fumo e fica no alto das mangueiras. Ele não gosta que ninguém maltrate a natureza, nem os animais nem o manguê. Ele não anda, às vezes voa, e quando vê alguém de noite vira uma bola de fogo que vai girando pela água.

As descrições sobre o Pai do Manguê feitas pelas crianças concordam, também, com as narrativas populares sobre essa entidade, trazendo, porém, uma maior riqueza de detalhes quanto ao aspecto físico: “*vira bola de fogo*”, “*às vezes voa*”, *o olho vermelho*”.

A seguir, representações da Comadre Fulozinha e do Pai do Manguê, feitas pelas crianças durante o grupo focal:



Figura 2 – Representação gráfica realizada no grupo focal - A Comadre Fulozinha, por criança de 9 anos.



Figura 3 – Representação gráfica realizada no grupo focal - A Comadre Fulozinha, por criança de 8 anos.



Figura 4- Representação gráfica realizada no grupo focal - A Comadre Fulozinha, por criança de 11 anos.

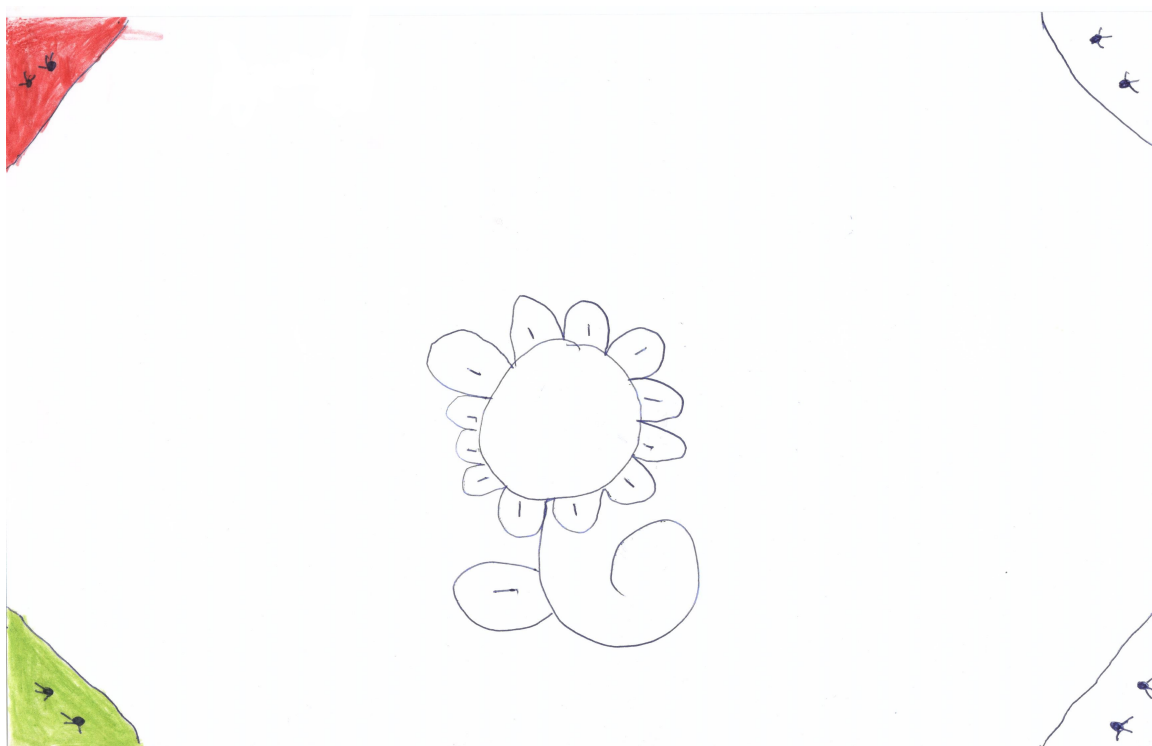


Figura 5 - Representação gráfica realizada no grupo focal - A Comadre Fulozinha, por criança de 7 anos.

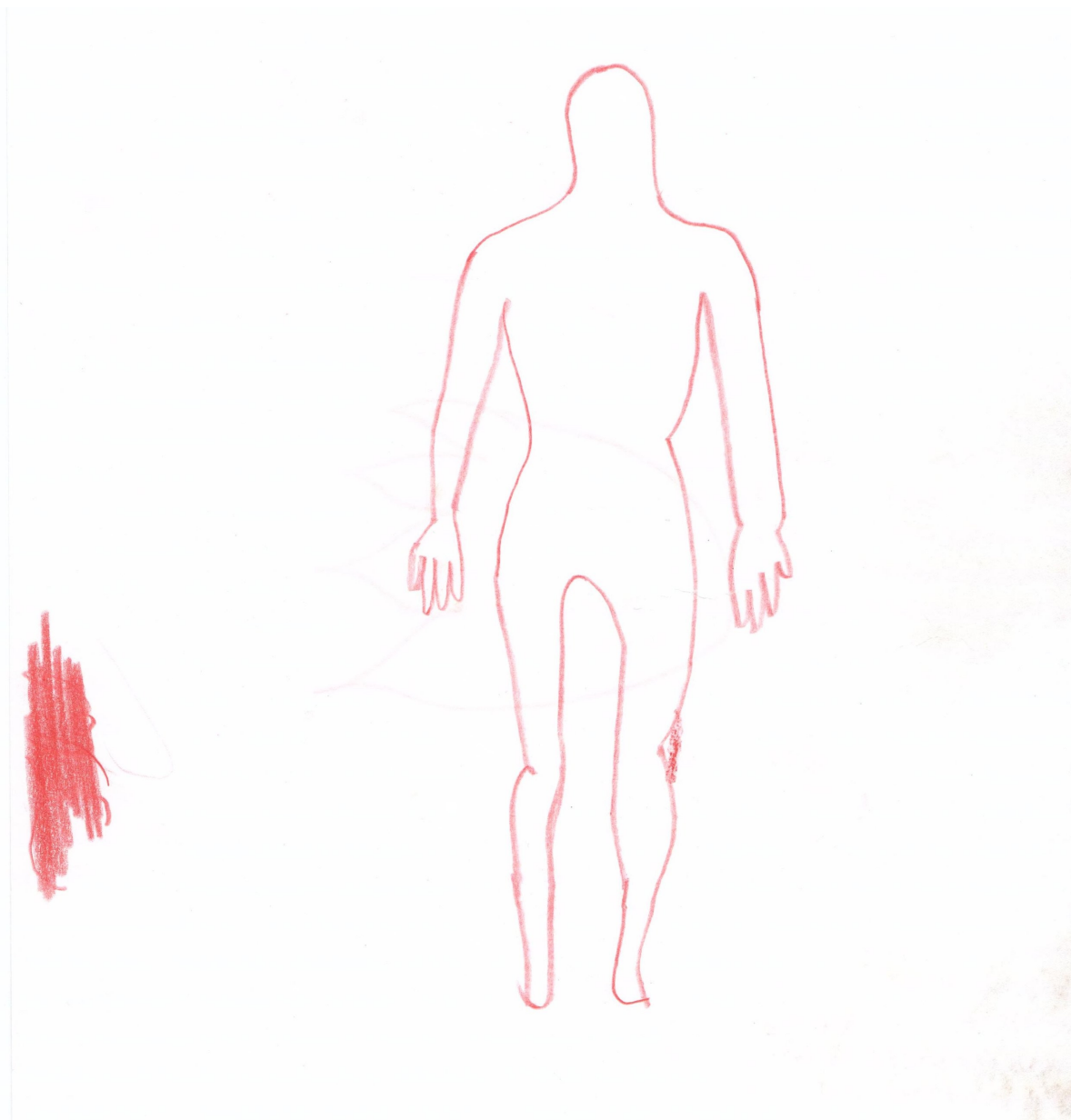


Figura 6 – Representação gráfica realizada no grupo focal – O Pai do Mangue, por criança de 9 anos.



Figura 7 - Representação gráfica realizada no grupo focal - A Comadre Fulozinha, por criança de 9 anos.



Figura 8 - Representação gráfica realizada no grupo focal - A Comadre Fulozinha e o Pai do Manguê, por criança de 9 anos.



Figura 9 - Representação gráfica realizada no grupo focal - A Comadre Fulozinha, por criança de 9 anos.

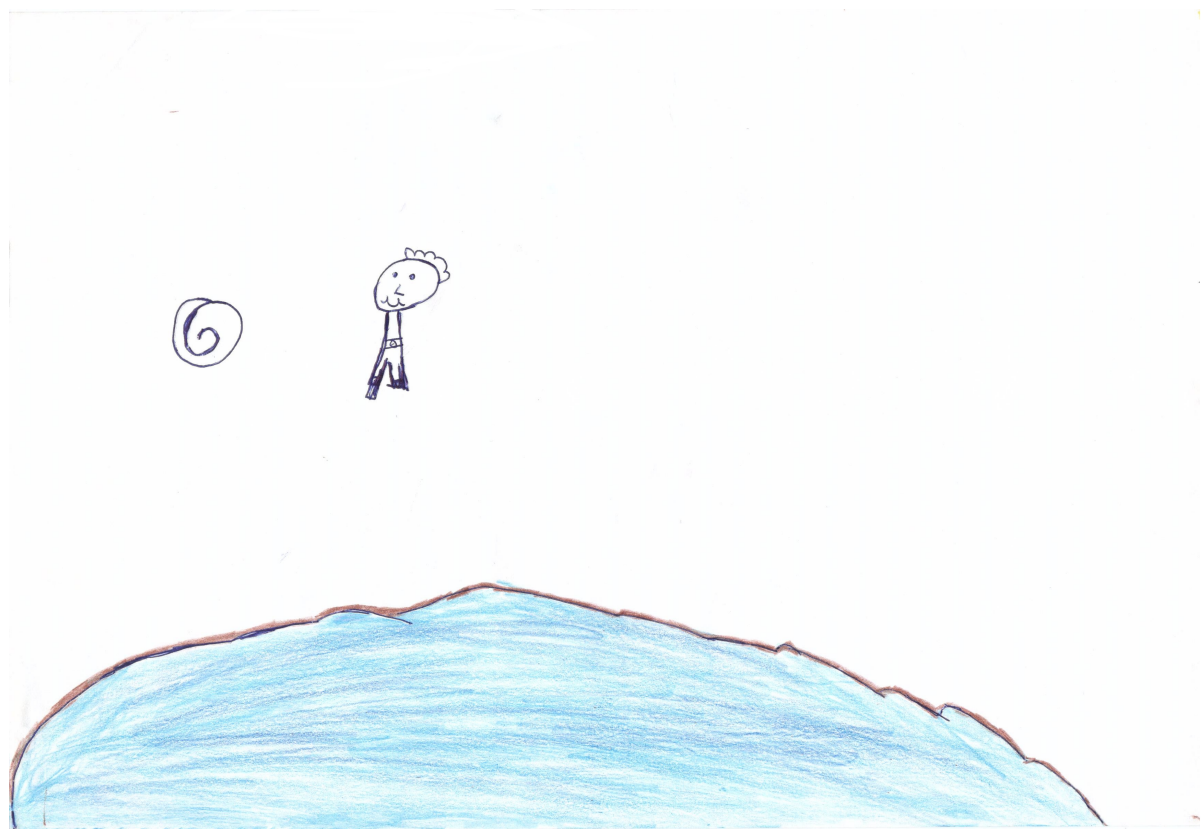


Figura 10 - Representação gráfica realizada no grupo focal – O Pai do Mangue, por criança de 9

anos.

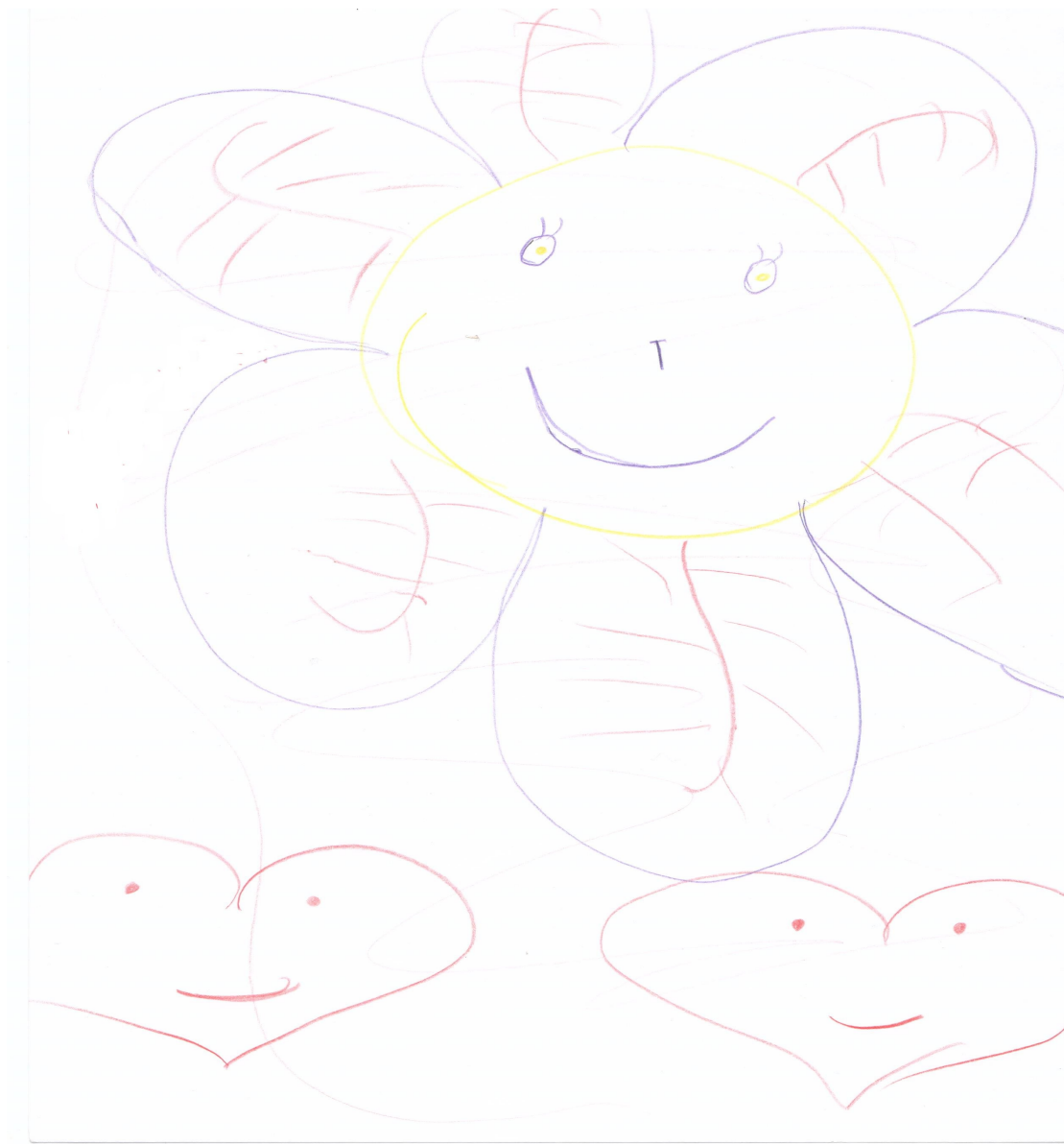


Figura 11 - Representação gráfica realizada no grupo focal - A Comadre Fulozinha, por criança de 9 anos.



Figura 12 - Representação gráfica realizada no grupo focal - “Tudo que eles (a Comadre Fulozinha e o Pai do Manguê) protegem”, por criança de 10 anos.

1.6 A influência das entidades na Construção da Identidades e da noção de Território e Territorialidade das Crianças do Porto do Capim

A comunidade do Porto do Capim constitui uma diversidade particular dentro de uma outra diversidade mais abrangente. Por isso, compreende-se a comunidade como um território, delimitado por suas especificidades e pela territorialidade que nele se expressa. Nota-se pelas falas das crianças, reforçando o sentido de território, que elas percebem a diversidade nas relações com a sociedade dominante a qual, por sua vez, é cega em relação à diversidade que a comunidade constitui. Suas vidas, crenças, enfim seu universo, não podem ser compreendidos mediante a fragmentação da realidade, mas dentro de seu conjunto de significações e sentidos traçados por suas histórias e elementos que dizem respeito à sua identidade social.

Essa identidade, uma vez cristalizada, é mantida, modificada, transmitida, ou mesmo remodelada pelas relações sociais, em conformidade com Berger e Luckmann (2003). Percebe-se nas falas dos grupos focais a influência das entidades

Comadre Fulozinha e Pai do Mangue na relação das crianças com o meio em que vivem, justamente na interface com o meio, que é onde se situa a identidade, conforme Giddens (2003).

A identificação positiva, que Haesbaert (2007) fala sobre aqueles que têm o privilégio de usufruir o território, das crianças com a comunidade do Porto do Capim é ressaltada nas falas em que descrevem porque gostam de morar no local. As afirmações seguintes representam um extrato das evocações dos grupos focais:

“No Porto do Capim é tudo calmo. Às vezes tem festa (São João, carnaval, dia das crianças, páscoa, dia das mães, dia dos pais e Natal)”.

“Aqui é protegido, aqui é legal, porque é tanta mata, fica perto dos animais, a pessoa não fica estressada, assim... E quando é um dia assim que fica chato, é só a pessoa ir lá perto da mata que fica tudo calminho”.

“É calmo, tem muitas árvores e o curtume, que é cheio de plantas”.

“Eu gosto daqui porque a gente se diverte muito perto das árvores e a gente se esconde também, perto delas. Quando eu fico triste eu gosto de abraçar uma árvore”

“Tem festas comemorativas”.

“tem festa da comunidade, tem a festa da N. S. da Conceição e aqui também é muito bom, é calmo, não tem ladrão”.

“Porque é o local onde a cidade nasceu”.

“Não é violento, é tudo legal. Gosto de brincar na rua”.

As falas das crianças também expressam suas preocupações e relatam a importância de preservação de seu território e sua comunidade. Percebe-se a noção de território e territorialidade nas suas falas quando expressam sua noção de mundo e o dotam de significado, quando declaram seus medos de serem alijados da terra (HAESBAERT, 2007), e quando transmitem a noção de como se organizam no espaço e dão significado ao lugar (SACK, 1986). A preocupação com a preservação do território e, portanto, a territorialidade, está presente nas falas onde invocam a ajuda da Comadre Fulozinha e do Pai do Mangue para manter a comunidade, demonstrando também que esses fenômenos representam eminente proteção em seu território:

*“tem esse projeto que eles **querem tirar a gente daqui**, eles vão tirar a gente daqui, vão botar a gente num cômodo que parecia uma caixinha de boneca, tia, pra tirar a gente daqui, **transformar num canto turístico onde a gente num pode tomar banho**, eu acho que **se os dois** (Comadre Fulozinha e Pai do Mangue) **ajudassem a gente, num podia tirar não**, tia. Porque eles iam ficar com medo deles”.*

*“Por causa do projeto. **Se eles ajudassem a comunidade, o povo do projeto ia ficar com medo**”.*

*“Porque.. A Comadre Fulozinha **salva a floresta**, a **mata**. O Pai do Manguê **protege o manguê**”.*

*“Eu acho eles (a Comadre Fulozinha e o Pai do Manguê) **bom né**, porque ele cuida da gente, que **num deixa ninguém maltratar os animais**”.*

*“tem algumas pessoas que prejudicam e são eles que... são os únicos que, **protegem muito as coisas**”*

*“eles **cuidam da gente**, que num deixa ninguém maltratar os animais”.*

*“Acho que eles são muito importantes pra **proteger a gente do mal**”.*

*“eles são muito **importantes pros animais que vivem aqui**”.*

*“ele **cuida de tudo que é vivo e que mora aqui**”.*

*“(a Comadre Fulozinha) **já protegeu uma pessoa**, já. Já protegeu por causa que eles não fizeram nada e um bandido veio pegar ela”.*

*“por causa da **remoção e do PAC...**”*

*“Eles (a Comadre Fulozinha e o Pai do Manguê) **podem ajudar porque num querem tirar a gente daqui? Aqui é um lugar muito importante**”.*

*“Se eu pudesse... Se eu pudesse eu falava com os dois, falava pra ajudar a gente a não, **não deixar o projeto PAC tirar** a gente desse, **a gente daqui**, se eu pudesse eu falava com os dois”.*

“É isso mesmo!”

*“Como no projeto⁴, se eu pudesse eu falava até com o **Fantasma da Remoção**. Eu ia falar pra ele ajudar a gente e não deixar esse povo que tá fazendo o projeto do PAC, **não tirar a gente daqui**. Como no projeto ajuda a gente”.*

A quantidade e diversidade dos relatos apresentados ao longo dos resultados demonstram o quão presentes as entidades estão no cotidiano das crianças do Porto do Capim. Compreende-se, portanto, que o significado da matéria-prima geográfica, representada pelos elementos físicos identificados como importantes para a aproximação entre as entidades e as crianças, juntamente ao de

⁴ Faz referência ao projeto de extensão universitária Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial através da arte, coordenado pela professora Regina Célia Gonçalves, do departamento de história da UFPB e ao experimento cênico denominado “Pare, olhe, escute: Aqui tem gente”, desenvolvido neste projeto de extensão. Foi realizado em 2013 na Escola Estadual Padre João Félix, que fica dentro da comunidade, com crianças do 3º e 4º ano do ensino fundamental. O “Fantasma da Remoção” é um dos personagens deste experimento, que na trama está ao lado dos turistas, do Prefeito e demais agentes do PAC. Em oposição, têm-se a Comadre Fulozinha e o Pai do Manguê ao lado dos moradores da comunidade. Esses dois grupos, em um determinado momento do enredo tentam dialogar, porém são impedidos pelo preconceito dos personagens do primeiro grupo, e pelo barulho do trem, que constantemente passa, demarcando os limites territoriais entre esses dois grupos.

outros elementos fornecidos pelo meio, territorial e externo ao território, bem como os aspectos simbólicos mediados pela relação estabelecida entre as crianças e as entidades, são processados por esses indivíduos, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua fusão de tempo/espço, resultando no processo de construção de suas identidades, em conformidade com Castells (1999).

1.7 Elementos que contribuem para a Importância das Entidades para as Crianças da Comunidade do Porto do Capim

Por meio das diversas histórias envolvendo a presença do Pai do Manguê ou da Comadre Fulozinha, relatadas nos Grupos Focais, buscou-se identificar quais elementos presentes nas falas revelam respostas para os objetivos desse trabalho. Assim, buscou-se identificar elementos (físicos) presentes na comunidade que contribuem para a importância dessas entidades para as crianças.

Quando questionadas sobre “onde a Comadre Fulozinha e o Pai do Manguê costumam aparecer”, as crianças responderam que ela costuma aparecer “*na mata*” e ele, “*no manguê*”, ou “*maré*”, como eles frequentemente chamam esse ambiente. Deste modo, a comunidade do Porto do Capim, segundo as crianças, é um ambiente extremamente propício para a “aparição” dessas entidades. Enquanto mata, além da vegetação característica do ecossistema de manguê, compreende-se que as crianças fazem referência a área de um antigo curtume que existia ali na época da atividade portuária do local. O curtume, como ainda é chamado, fica num terreno próximo a comunidade, descrito como um local “*cheio de plantas*”, uma espécie de “reserva” com “*um monte de árvores*” e onde “*tem um monte de bicho*”.

Os locais manguê, maré e curtume aparecem em diversas histórias que as crianças contam, como pode se ver:

*“Comigo foi que... tava de noite, aí quando a gente foi brincar lá na frente do **curtume** quando a gente olhou o cabelo do animal meu do meu pai que já morreu tava todo trançado”.*

*“agente fica lá às vezes, no **curtume**. Aí a gente tava falando da Comadre Fulozinha [...] aí a gente escutou um assovio e quando a gente olhou pra*

trás o rabo do cavalo do meu primo ele tava todo coisado”

*“um dia desses eu tava ali, mas tava eu, minha prima e minha outra prima ali sentado na frente da casa da minha tia. Aí, num tem esse **curtume**, tia? A gente tava falando sobre Comadre Fulozinha e Pai do Mangue. Aí quando, é, aí a gente começou a escutar assovio, a gente pegou e fez mesmo assim 'olha, mulher a Comadre Fulozinha vai vim atrás de você', as meninas correram eu peguei e fiquei sozinha. Quando eu vinha vindo eu vi uma mulher entrando pra dentro do **mangue** com o cabelo bem grandão, tia”.*

*“Foi eu tia, foi eu que vi. A gente tava, num tem esse **curtume**? [...] Tava nós três (indicando mais duas componentes do Grupo), mas que viu fui eu. A gente subiu em cima do pé [...] e as duas tavam embaixo pegando jambo que a gente tirava. Aí eu peguei e escutei um assovio [...] e falei 'mulher, eu não vou ficar aqui não escutando assovio'. Aí quando eu descii tia... tia, eu vi um homem correndo pra dentro da **mata**, ó a carreira que a gente deu, a gente num ficou não”.*

*“E ele (o primo de outro componente do Grupo) já apanhou (da Comadre Fulozinha), porque ele chamou nome na **maré**”.*

*“Minha mãe e minha irmã foi comprar pão com minha vó, minha mãe. Aí eu fiquei sozinha. Aí meu cachorro ficou latindo [...] Aí eu olhei de novo e não tinha nada. Eu olhei de novo ainda tava latindo eu vi que era a Comadre Fulozinha, é.. puxando ele pra **maré**. Menino, eu saí correndo como uma bala, atrás dela.. Ela pegou (inaudível) cabelo dela e deu em mim, aí ela pegou um osso que tinha e deixou pra Gordo (o cachorro). Ela saiu correndo. [...] Eu fiquei tão assustado que não falei nada pra ninguém”.*

*“... tava brincando lá na **maré**...aí o irmão de ... caiu e chamou um nome daquele. Aí de repente ficou um rodaminho na água e apareceu o Pai do Mangue”*

*“É porque a gente fica mexendo nos **mangues** (vegetação)” “Aí fica tudo vermelho em cima assim do mangue, uma bola de fogo”*

*“a gente escutou gente andando pelo **mangue** quebrando os galhos”*

*porque toda vez ele (um morador da comunidade, que as crianças chamavam de Pai do Mangue) ficava lá na **maré** sem.. só cuidando dos animais*

*Eu já vi... Meu tio já viu um...uma bola vermelha na **maré** quando ele ia pescar.*

Interessante notar que a única história em que o Pai do Mangue e a Comadre Fulozinha aparecem “juntos”, ocorre num ambiente onde se tem esses dois elementos: a mata e o mangue, numa época em que o mangue chegava até o terreno do curtume:

*“eu perguntei a minha mãe se isso era verdade. Ela disse que uma vez ficou presa na mata por causa dos dois (a Comadre Fulozinha e o Pai do Mangue). Tava ela, o homem dali, a tia dela (de outra componente do Grupo), a minha outra tia, tava tudo dentro desse **curtume** quando antes*

*era só **mangue** ali. Eles tava aí, bem pertinho dessa pracinha do Quén Quén, que antes tinha um porta aí, tia, que eles foram pegar caranguejo. [...] aí o homem começou a chamar nome, aí o **Pai do Mangue** fechou, fechou a **mata** aí e a **Comadre Fulozinha** começou a assobiar dizendo que ela tava perto. Aí tava as minhas três tias e a tia dela (da outra componente do Grupo) começou a rezar, começou a rezar, aí elas só saiu porque elas tavam rezando aí abriu o **mangue** aí elas voltaram pra casa. O homem ele disse que se perdeu na trilha da mata, ele só chegou depois de dois dias perdido dentro da mata.*

Nota-se, assim, que o curtume, a mata, a maré, o mangue como um todo, incluindo o rio, são elementos da paisagem natural e cultural da comunidade do Porto do Capim muito presentes nas atividades do cotidiano de seus moradores. Portanto, pode-se afirmar que esses elementos da paisagem natural, uma vez que representam os lugares onde as entidades aparecem, contribuem para a proximidade entre a Comadre Fulozinha e o Pai do Mangue e as crianças da comunidade do Porto do Capim. Quando questionadas se, caso morassem em algum outro local, conheceriam tão bem a Comadre Fulozinha e o Pai do Mangue, as crianças, sem exceção, responderam que não. A estreita relação entre entidades, o território, e a identidade das crianças é reforçada com a constatação de Haesbaert (1999), de que por mais que se construa simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui de alguma forma, um componente estruturador da identidade.

5 DISCUSSÃO

Integra a principal motivação para a realização dessa pesquisa o alerta para a valorização e o respeito das referências culturais da população da comunidade do Porto do Capim, uma vez que se encontram em situação de risco. É notório que o fenômeno descrito ao longo do trabalho, uma vez que se apresenta enraizado no cotidiano da comunidade, vinculado a seu território e às suas condições materiais de existência, recriado e apropriado pelas crianças do Porto do Capim, consiste em um patrimônio dessa comunidade, em consonância com a definição que se tem na legislação de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro. A necessidade do reconhecimento e respeito a esse patrimônio torna-se urgente, uma vez que existe a ameaça de que os moradores da comunidade do Porto do Capim sejam “alijados de seu território”, como foi notoriamente exposto nas falas das crianças. Acredita-se que essa expropriação, se realizada, acarretará um processo irreparável de alienação dessas referências, construídas ao longo de décadas por meio das relações comunitárias da população do Porto do Capim.

Esse conflito se estabelece com a existência do Plano de Revitalização do Antigo Porto do Capim. Embora não se objetive examinar com profundidade as características ideológicas e práticas desse projeto, alguns esclarecimentos se fazem necessários. Em 1997 é formulado um Plano de Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim, através de um Convênio formado uma década mais cedo entre Brasil e Espanha, firmado pelo Ministério da Cultura (MinC)/Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI), Governo do Estado da Paraíba e Prefeitura Municipal. O argumento utilizado pelas autoridades para a criação deste Plano é o de que a área do Porto do Capim é estratégica para o desenvolvimento do Centro Histórico e do município, que tal “revitalização” estabeleceria novamente o elo entre a cidade e o rio Sanhauá e que melhoraria a degradação ambiental do local. Hoje o Projeto de Revitalização está previsto com recursos do PAC Sanhauá e PAC Cidades Históricas⁵, e seu órgão gestor é a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

O Plano de Revitalização em voga, apresentado para a sociedade, prevê a construção de uma grande “Arena de Eventos”, em substituição a área atual. A construção dessa arena prevê o desaparecimento da comunidade do Porto do

⁵ O PAC Cidades Históricas é uma ação intergovernamental que visa preservar o patrimônio brasileiro através da recuperação das cidades históricas.

Capim, com “remoção” integral dos moradores de suas casas e estabelecimentos comerciais. Boa parte da área de mangue deve ser concretada, como pode-se verificar na imagem abaixo, numa atitude de total desrespeito à riqueza ambiental do lugar e contradizendo os argumentos formadores do projeto. Alguns moradores da comunidade, inclusive, apelidaram o projeto de “concretão”.

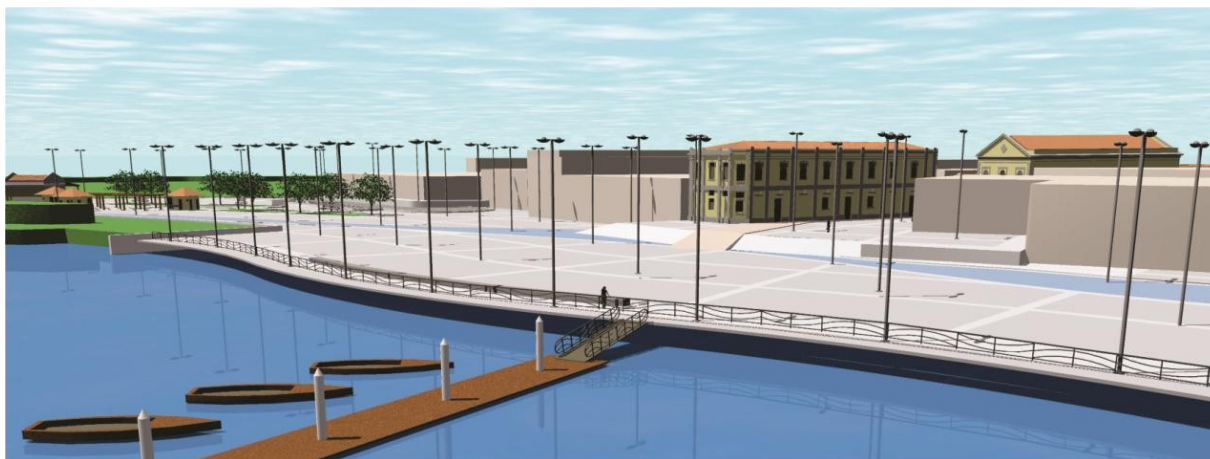


Figura 13 - Perspectiva do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim.

Fonte: Dossiê de Requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau

A problemática em questão se acentua pela forma como esse Projeto de Revitalização tem sido administrado. Segundo moradores locais, nunca houve um diálogo amplo e direto sobre o assunto entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e a população da comunidade, os principais afetados por essa “revitalização”. Até hoje, nenhuma resposta definitiva sobre o local para o qual seriam relocados os moradores da comunidade do Porto do Capim. A indicação da possibilidade iminente de realização do Projeto de Revitalização, somada a essa falta de diálogo, resulta numa enorme insegurança no no tocante à expectativas e planos para o futuro, como contam alguns moradores.

A resistência e a luta de um grupo em defesa de seu território resultam no processo de *apropriação* do mesmo e, em contraposição, pode ocorrer a permanência e ampliação dos grupos que representam o poder hegemônico instalado. No Porto do Capim, a comunidade, quando apresenta, no exercício de sua territorialidade, manifestações de resistência e luta frente ao *processo de dominação unifuncional* que os representantes dos interesses do grande capital pretendem para esse espaço, está reforçando sua apropriação do território, a sua *dominação simbólica* da área. Aplicando-se o princípio do quadro do *Continuum* entre

funcionalidade de simbolismo do território, de Hasbaert (2007) para o Porto do Capim, se teria que:

Território de dominância funcional: O Plano de Revitalização do Porto do Capim	Território de dominância simbólica: A comunidade do Porto do Capim
<p>Processos de Dominação "Territórios da desigualdade"</p> <p>Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)</p> <p>Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro)</p>	<p>Processos de Apropriação "Territórios da diferença"</p> <p>Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades)</p> <p>Território como símbolo, valor simbólico ("abrigo", "lar", segurança afetiva)</p>

Compreende-se, com base em todas as questões levantadas pela presente pesquisa, que a intervenção proposta pelo Plano de Revitalização do Porto do Capim lesa profundamente a identidade social dessa comunidade, seu patrimônio imaterial, suas referências culturais e territoriais. Fere, entre outras contradições, conforme apresentado, a Constituição Federal em seu artigo 216, e por consequência o artigo 215 que trata da proteção do patrimônio cultural brasileiro, quando desconsidera o sentido mais amplo de patrimônio cultural definido na mesma, se negando a reconhecer o rico patrimônio que existe às margens do rio Sanhauá. Tudo isso sob o argumento de que "essa área, repleta de valores materiais e simbólicos, de riquezas humanas e ambientais, enfim, de vida, necessita ser "revitalizada".

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos dados coletados nos grupos focais buscou-se atingir o objetivo principal desse trabalho, que foi o de estudar a influência da Comadre Fulozinha e do Pai do Mangue na construção da identidade das crianças da comunidade do Porto do Capim, e na percepção de seu ambiente como elemento formador da noção de território e territorialidade.

A partir do reconhecimento de que as entidades Comadre Fulozinha e Pai do Mangue possuem um valor especial, implicando num sentimento de pertença para as referidas crianças, buscou-se atentar para a importância da preservação desse patrimônio da comunidade do Porto do Capim, que tem em seu território a base material necessária para manifestação desse bem cultural.

O Estado e seus órgãos gestores, seja em instância municipal, estadual ou federal, apoderados de projetos de “revitalização”, modernização, pautados, muitas vezes, em discursos em acordo com o fluxo do grande capital, comumente deixam de considerar certas características ímpares dos lugares onde tais projetos tencionam se materializar. Entre tais características existem aquelas que não estão na esfera física, portanto são intangíveis. No entanto possuem valor, e tal valor vai muito além daquilo que se pode perceber em um primeiro momento. É o caso do que se encontrou, nesta pesquisa, na comunidade do Porto do Capim. As entidades Comadre Fulozinha e Pai do Mangue, de tal modo presentes no cotidiano das crianças que participaram desta pesquisa, transcendem a condição de mitos para se tornar entidades que exercem uma influência positiva no desenvolvimento da identidade, da personalidade e cidadania, e também na afirmação de seu território e exercício de sua territorialidade, valores que acompanham permanentemente os habitantes da comunidade.

Em resposta à pergunta inicialmente feita, na Introdução dessa pesquisa, quanto à justificativa de um projeto de revitalização que possa por em risco aquelas características ímpares, imateriais de um lugar, responde-se que tais projetos só se justificam se estiverem em sintonia com a preservação do patrimônio, material e imaterial, preservação essa estabelecida em leis.

A considerar-se que o artigo 215 da Constituição de 1988 estabeleceu a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro como um dever estatal, criando, assim, uma política de Estado que deve ser cumprida independente de

interesses político-econômicos e programas de governo, e considerando a realidade descrita da comunidade do Porto do Capim e a natureza e riqueza do fenômeno descrito ao longo do presente trabalho, sugere-se que os órgãos gestores competentes ao tema estejam em sintonia com a Lei Suprema do país, a Constituição Federal.

Que sejam empreendidos maiores esforços no sentido de estudar o patrimônio imaterial de grupos humanos, principalmente daqueles que se encontram socialmente marginalizados. E por estarem socialmente marginalizados, muitos grupos têm sua herança cultural firmada em seus mitos, suas entidades, suas crenças, herança esta que atua como balizadora e mantenedora de valores que já não se encontram nas sociedades ditas “incluídas”, descaracterizadas pelas influências de hábitos, crenças, mitos exóticos, “importados” de outras culturas. Tal descaracterização enfraquece o exercício da cidadania por comprometer a formação da identidade e territorialidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSAD, Marta M. N.; ARRUDA, Maria C. C. **Consumidor de Baixa Renda: o Modelo de Dinâmica do Processo de Compra**. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD, 30. 2006, Salvador, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Ed. Persona, 1979.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BONNEMAISON, Joël. **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CLAVAL, P. **O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.), Matrizes da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia Cultural: Passado e Futuro – Uma Introdução**. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- COSGROVE, D. **Em Direção a Uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria**. In Z. Rosendahl e R.L. Corrêa (Org.) Introdução á Geografia Cultural. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- FURRIER, Max. **Caracterização Geomorfológica e do Meio Físico da Folha João Pessoa – 1: 100.000**. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GASKEL, G.; BAUER, M. W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. **Identidades Territoriais**. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- _____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2007.
- JOFFILY, José. **Porto Político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MÁXIMO, Paulo R. Gadelha. **Uso e ocupação do Solo e Perspectivas Turísticas**

do Território do Porto do Capim. Monografia de Graduação de Bacharelado em Geografia apresentada à Universidade Federal da Paraíba, 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

NOGUEIRA, Claudio. **Plano de renovação urbana da Ribeira do Rio sanhauá.** In:

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy C. Revitalização urbana e (re)invenção do centro

histórico de João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2004

RODRIGUEZ, Janete Lins (coord.). **Atlas Escolar da Paraíba.** João Pessoa: Editora Grafset, 3a Edição, 2002.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana:** sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCOCUGLIA, Jovanka B. Cavalcanti. **Imagens da cidade:** patrimonialização, cenários e práticas sociais. João Pessoa (PB): Ed. Universitária da UFPB, 2010.

_____. **Revitalização Urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002).** João Pessoa (PB): Ed. Universitária da UFPB, 2004.

SILVA, Rubens Elias. **Sob o Olhar do Pai do Mangue:** Ensaio Sociológico Sobre a Relação Homem-Natureza Mediada por uma Narrativa Mítica. João Pessoa: Ideia, 2011.

SILVESTRIN, Mônica Luciana. **Tratando de Conceitos.** Aula 2. In: Patrimônio Imaterial: Fortalecendo o Sistema Nacional, 2013.

Superintendência do IPHAN na Paraíba. **Dossiê de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.** João Pessoa, 2012.

VIDAL, Wylhna Carlos Lima. **Transformações Urbanas:** a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal da Paraíba, 2004.

VIDAL DE LABLACHE, P. **Princípios de geografia humana.** Lisboa: Edições Cosmos, s.d. 1921.

Sítios Consultados:

Acervo Roberto Stuckert Filho. Disponível em http://www2.planalto.gov.br/presidencia/palacios-e-residencias-oficiais/palacio-do-planalto/galeria-de-fotos/view_galeria_de_imagens_miniatura?b_start:int=15. Acessado em 10 de fevereiro de 2014.

Antropocontando. Disponível em <http://antropocontando.blogspot.com.br/p/a-cumade-fulozinha-caipora-do-mato.html>. Acessado em 02 de março de 2014.

Centro Histórico de João Pessoa. Disponível em <http://centrohistoricojp.blogspot.com.br/2012/03/perspectiva-do-projeto-de-revitalizacao.html>. Acessado em 02 de março de 2014.

História de Canguaretama. Disponível em <http://orbeproducoes.com.br/lendas/lendas.php?c=3&p=1>. Acessado em 02 de março de 2014.

Monografia – Instruções para Elaboração. Disponível em http://www.inmetro.gov.br/metcientifica/curso_metrologia/docs/manualmonografia.pdf. Acessado em 10 de março de 2014.

IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=CCFE6B6B26B947E15EFE1484BE08EBC3?id=14006&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acessado em 17 de fevereiro de 2014.

IPHAN. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/conInformacaoPatrimonialPoliticaE.jsf>. Acessado em 10 de fevereiro de 2014.

Lendas da Paraíba. Disponível em <http://historiadecanguaretama.blogspot.com.br/2010/06/o-pai-do-mangue.html>. Acessado em 02 de março de 2014.

ANEXO 1

Artigos 215 e 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988.

ANEXO 2

Decreto 3.551 – 2000 IPHAN

ANEXO 3

Resolução 001 – 2006 IPHAN.

APÊNDICE A

Roteiro Semiestruturado para os grupos focais.

APÊNDICE B

Autorização para participação da pesquisa.